

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**ANAIS DO CONGRESSO DE PESQUISA EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

**III CONGRESSO DE PESQUISA EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

**“DESAFIANDO AS VERDADES NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS”**

UBERLÂNDIA - MG
09 a 11 de fevereiro de 2022

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO III COPRI

Idealizadoras

Isabela Marques Caetano (Turma VI - 2021)

Isabella Fernandes Moreira Fontaniello (Turma V - 2020)

Equipe Técnica

Elynes Barbosa Silveira (Turma VI - 2021)

Ludmilla Silva Corcino (Turma VI - 2021)

Pedro Vinícius Freitas Pitillo (Turma VI - 2021)

Vitória de Oliveira Ribeiro (Turma VI - 2021)

Gerentes de Mídias Sociais

Sofia do Bom (RI FFC, Turma 18)

Victorya (RI PUC Minas, Turma X)

Edição

Láís Benevenuto de Azevedo (Turma VII - 2022)

APRESENTAÇÃO

O Congresso de Pesquisa em Relações Internacionais, o COPRI, é um evento organizado anualmente pelo corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia e tem como propósito o incentivo à ciência e ao diálogo entre acadêmicos de Relações Internacionais no Brasil e no mundo, tanto no nível graduação como da pós-graduação. Em sua terceira edição, o evento ocorre dos dias **09 a 11 de fevereiro de 2022**, sob o tema “Desafiando as Verdades nas Relações Internacionais”.



SUMÁRIO

1 PAINÉIS DE GRADUAÇÃO.....	5
1.1 A BELT AND ROAD INITIATIVE CHINESA E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NA ÁSIA, EUROPA E ÁFRICA.....	6
1.2 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DAS DESIGUALDADES PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
1.3 A INFLUÊNCIA DA MODA NO POSICIONAMENTO DA SUÉCIA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A PARTIR DA LENTE TEÓRICA DO REALISMO NEOCLÁSSICO	19
1.4 A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA NA ÁSIA CENTRAL (2001-2021).....	26
1.5 CONFLITOS ARMADOS NA COLÔMBIA E A RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES DE PAZ	32
1.6 PARCERIA SINO-RUSSA NO SÉCULO XXI: A COOPERAÇÃO COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO.....	39
1.7 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES CURDAS EM GUERRILHAS E OS REFLEXOS SOBRE UMA REVOLUÇÃO EM CURSO.....	46
1.8 THE IMPORTANCE OF MILITARY MODERNIZATION FOR RUSSIAN FOREIGN POLICY IN THE PUTIN'S ERA	53
2 PAINÉIS DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	60
2.1 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E O PROTAGONISMO FEMININO NA NOVA CONSTITUINTE CHILENA	61
2.2 PROSTITUIÇÃO E IMIGRAÇÃO: O CASO DAS VENEZUELANAS NO BRASIL.....	66

1 PAINÉIS DE GRADUAÇÃO

1.1 A Belt and Road Initiative chinesa e o programa de integração de infraestrutura na Ásia, Europa e África

1.2 A importância do estudo das desigualdades para a análise das Relações Internacionais

1.3 A influência da moda no posicionamento da Suécia durante a Segunda Guerra Mundial a partir da lente teórica do realismo neoclássico

1.4 A política externa da China na Ásia central (2001-2021)

1.5 Conflitos armados na Colômbia e a resistência das comunidades de paz

1.6 Participação das mulheres curdas em guerrilhas e os reflexos sobre uma revolução em curso

1.7 The importance of military modernization for russian foreign policy in the putin's era



A BELT AND ROAD INITIATIVE CHINESA E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NA ÁSIA, EUROPA E ÁFRICA¹

Keilla Kaori Watanabe²
Universidade Federal de Uberlândia
<keilla.watanabe@ufu.br>

RESUMO: O projeto de pesquisa tem por objetivo analisar o megaprojeto de infraestrutura transnacional denominado Belt and Road Initiative (BRI), lançado oficialmente em 2013, que abrange os grandes blocos territoriais dos continentes Europeu e Asiático, buscando perceber as visões fundamentais sobre esse recurso de poder potencial enquanto mecanismo auxiliar da produção econômica e arquitetura intelectual que evidencia a importância dos estudos logísticos da projeção militar chinesa com o maior envolvimento do país nos assuntos globais, sendo bastante pertinente analisar o seu caráter essencial, e especialmente histórico de influência geopolítica mundial. Para elaboração do trabalho foi utilizado o método de pesquisa exploratório, de modo a identificar e elucidar as principais implicações acerca da Belt and Road Initiative (BRI) através do estudo de documentos e revisão bibliográfica. Outrossim, o processo de pesquisa, cuja aplicação e composição será realizado com o levantamento e a investigação geográfica e econômica da China enquadrados em constantes produções e conceitos explicitados por outros pesquisadores da área. Ao longo dos anos, desde a concepção da BRI, a agenda da China tornou-se cada vez mais ambiciosa, gerando uma série de interpretações acerca de sua capacidade produtiva, influência geoestratégica e hegemonia política, tendo em vista os debates e os questionamentos ideológicos, conceituais e pragmáticos, os quais essa proposta de pesquisa se configura relevante justamente por tratar de um dos maiores projetos atuais de integração física transcontinental da atualidade.

Palavras-chave: Belt and Road Initiative; Integração Regional; Infraestrutura; Geopolítica; China.

1 TEMÁTICA DA PESQUISA

Através da ascensão chinesa no cenário internacional, especialmente como uma potência econômica global após a década de 1970, com o desenvolvimento e crescimento econômico defendidos por Deng Xiaoping, diversos processos de integração, tais como mudanças políticas internas e a ampliação dos investimentos chineses em todo o mundo tornaram-se cada vez mais incisivos por meio de iniciativas de infraestrutura, como ocorre com

¹ Orientador Prof. Dr. Edson José Neves Junior (UFU).

² Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

a Belt and Road Initiative (BRI). A BRI caracteriza a principal iniciativa de política externa apresentada por Xi Jinping que promove a formação entre a China e os demais países e organizações a partir do desenvolvimento da cooperação internacional (Kotz, 2018). Por meio de sua implementação, a busca por uma melhor conectividade e a expansão das relações comerciais são fundamentadas em um plano de investimentos que engloba 30% do PIB mundial, conectando os continentes africano, europeu e asiático, e impulsionando novas dimensões de estratégia de acordo com os investimentos em infraestrutura.

Desde a sua concepção, lançada oficialmente em 2013, a China tem proposto um arranjo cada vez mais ambicioso de conectividade, englobando mais de 65 países, representando quase 70% da população mundial, e abrindo um escopo potencial não apenas para a transformação econômica chinesa, mas para outras oportunidades logísticas, como o transporte e o acesso a recursos naturais (LIN, 2018). Diante disso, é fundamental ressaltar esses três pontos inter-relacionados junto aos objetivos políticos e estratégicos para a continuidade da ascensão da China, uma vez que este projeto não pode ser entendido apenas a partir de ambições econômicas, uma vez que ele é determinado pelo aspecto político, especificamente considerando todo o caráter de projeção chinesa a partir da BRI.

Nesse sentido, o principal objeto empírico para análise é justamente a própria Belt and Road, de modo a refletir acerca da projeção internacional da China, compreendendo como e quais implicações geoeconômicas e estratégicas desse megaprojeto impactam diretamente na implantação de infraestrutura chinesa, fazendo com que outros aspectos sejam destacados dentro das interpretações já existentes sobre a capacidade produtiva e da hegemonia política chinesa.

2 OBJETIVOS

2.1. OBJETIVOS GERAIS

Ao expor a análise histórica da Belt and Road Initiative sob conjuntura internacional a qual está inserida, bem como da conectividade da infraestrutura como importante estratégia para o desenvolvimento, objetiva-se discutir a relevância da arquitetura chinesa a partir dos

dilemas econômicos, políticos e de segurança, retomando questões e impactos da existência do projeto, de modo a enfatizar aspectos estratégicos, de investimentos e integração de regiões refletem na geografia e na possível transformação de governança global.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Evidenciar as principais visões acerca da Belt and Road Initiative chinesa enquanto recurso de poder potencial e mecanismo auxiliar da produção econômica.
2. Discutir a importância dos estudos logísticos considerando o aumento do envolvimento do país nos assuntos globais e a sua influência geopolítica no cenário mundial.

3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para elaboração do trabalho foi utilizado o método de pesquisa exploratório, de modo a identificar e elucidar as principais implicações acerca da Belt and Road Initiative (BRI) através do estudo de documentos e revisão bibliográfica. Outrossim, o processo de pesquisa, cuja aplicação e composição será realizado com o levantamento e a investigação geográfica e econômica da China enquadrados em constantes produções e conceitos explicitados por outros pesquisadores da área. Ademais, o estudo terá caráter essencialmente qualitativo, favorecendo a liberdade no posicionamento necessário para cruzamento de dados coletados juntamente à pesquisa bibliográfica realizada.

4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

É sabido que a agenda da China tem se tornado cada vez mais ambiciosa tendo em vista os questionamentos ideológicos da atualidade, e essa ascensão chinesa no cenário internacional, que é um fenômeno que vem ocorrendo desde as reformas estruturais das Quatro Modernizações com o Deng Xiaoping, permitindo o usufruto de um crescimento vertiginoso com a abertura lenta e gradual da economia chinesa, é reforçada pela Belt and Road, que por sua vez, pode ser compreendida como uma estratégia de consolidação de expansão produtiva e

comercial, e sua influência permanece ligada à segurança, trazendo ameaças políticas, militares e econômicas para muitos países, visto que muitos elementos e ideias chineses em termos de direitos humanos, por exemplo, constituem imperativos ofensivos que têm um impacto significativo entre a pressão e a insegurança exercidas pelo Ocidente (WOOD, 2012).

Para Kotz (2018) e Santos (2019), o fator logístico como elemento estratégico mostra-se relevante para o controle integrado de todas as conexões da Belt and Road, que buscando focar em um processo de desenvolvimento e inovação tecnológica tanto para a modernização da economia chinesa quanto na rede de infraestrutura alternativa para a segurança energética, traz à tona a retórica chinesa para implantação de infraestrutura e transferência tecnológica para além do desenvolvimento econômico. Através da integração e do investimento massivos propostos pela China que se pode admitir uma possível alteração na governança global que viabiliza essa iniciativa de cooperação mútua de exploração de recursos e diminuição da vulnerabilidade, constituindo áreas de influências por meio da estruturação e utilização do território.

Isto posto, a relação da operação e implantação de infraestruturas com a potencialidade dos investimentos chineses e da cooperação que permite diferentes interpretações majoritariamente por conta dos atritos políticos e da rejeição da Belt and Road por algumas populações locais, faz com que a concretização do projeto encontre limitações e rupturas em suas capacidades que revelam o caráter geoeconômico e estratégico da iniciativa, pensando na influência chinesa sobre outros países e instituições tradicionais como o FMI. (BLANCHARD e FLINT, 2017)

5 RESULTADOS PARCIAIS

O processo de pesquisa se encontra em andamento, sendo que o cruzamento de dados coletados juntamente à toda a pesquisa bibliográfica acompanham o cronograma, de modo que oferecer maneiras de pensar sobre os efeitos da conectividade e observar que esse tipo de exercício reúne muitas incertezas devido ao controle de fronteiras e aos impactos diretos da construção de ferrovias e rodovias da BRI que podem culminar também em uma possível mudança política, porque a BRI é um projeto em construção, cuja capacidade econômica

também segue em aberto, cenários de heterogeneidade muito substancial pensando nos retornos da produtividade e num círculo virtuoso de crescimento apontariam a Belt and Road como uma força catalisadora geográfica, econômica e estratégica da região.

No tocante aos recursos bélicos (poder militar), ao poder econômico e ao poder abstrato, a China demonstra construir suas relações transacionais com os demais atores internacionais e ainda, é membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, possuindo armas nucleares, conquistando espaço através da política externa e do soft power como ferramenta regional e também global para mitigar riscos e atingir seus objetivos estratégicos com o desenvolvimento da BRI (DUARTE, 2012; SANTOS, 2019). Acerca da complexidade geográfica, também com a construção de zonas econômicas especiais e todas as estruturas dinâmicas para apoiar toda a atividade econômica terrestre e marítima, é possível perceber o poder chinês, especialmente de Pequim em relação às outras capitais e ao Sudeste Asiático, e como ele é estratégico, dependendo não apenas da política da China em si, mas da política, da agenda e da dinâmica interna de cada país participante. A partir das consequências territoriais, que se estende da colaboração pacífica até a conflagração global, a BRI situa-se em um espectro geopolítico, destacando o papel de vários atores em vários níveis na construção e interação entre os fatores políticos e econômicos em sua concepção, como também em sua implementação e resultados, cujo contexto histórico particular também está relacionado ao ciclo hegemônico dos Estados Unidos. Sob a bandeira da Belt and Road que a China legitima o regime e o futuro político do Partido Comunista através de abordagens específicas para cada localidade de cooperação, aprofundando a reflexão sobre a projeção de poder através da infraestrutura que se amplia no ambiente multipolar de ganhos e influências e capacidades ofensivas e defensivas, fortalecendo não a ideia de uma liderança alternativa à hegemonia global, mas despertando o soft power como uma conduta e uma narrativa menos revisionista e mais estratégica para seus objetivos, especialmente por conta do caráter ambíguo que existe em relação à segurança que acaba condicionando o processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BELT AND ROAD. Disponível em: <<https://www.beltroad-initiative.com/belt-and-road/>>. Acesso em 13 ago. 2021.

BLANCHARD, Jean-Marc F., FLINT, Colin, **The Geopolitics of China's Maritime Silk Road Initiative**, *Geopolitics*, 22:2, 223-245, 2017.

CAU, Enrico, Geopolitical Implications of the Belt and Road Initiative: The Backbone for a New World Order?, *Contemporary Chinese Political Economy and Strategic Relations: An International Journal*, Vol. 4, No. 1, pp. 39-105. 2018.

DE CONTI, Bruno. NOGUEIRA, Isabela. JABBOUR, Elias. DANTAS, Alexis. MARTINS, Carlos Eduardo. MARINGONI, Gilberto. A Ascensão da Ásia. **Jornal dos Economistas**. Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ, nº 356, Rio de Janeiro, abr. 2019. Disponível em: <<https://www.corecon-rj.org.br/anexos/8C247FE6A6707A2603FD86A3E2ABD281.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

DENG, Yong. How China's Belt and Road is Reordering Asia, **Perspectives**, *Harvard International Review*, Vol. XXXIX No. 4, Cambridge, 2018.

DUARTE, Paulo. Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa. **CONTEXTO INTERNACIONAL**, vol. 34, nº 2, pp. 501-529, Rio de Janeiro, jul./dez. 2012.

LIN, Yifu. The Belt and Road and a New Model of International Development Cooperation. In: Liu Wei. **China's Belt and Road Initiatives, Economic Geography Reformation**, Shanghai Jiao Tong University Press, pp. 33-37, 2018.

SANTOS, E.P.A. A iniciativa Belt and Road como instrumento de geopolítica chinesa. Fórum Estadual de Relações Internacionais, FERISP 2019. **Instituto de Integração de Relações Internacionais (IntegRI)**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://integri.com.br/trabalhos-apresentados/a-iniciativa-belt-and-road-como-instrumento-de-geopolitica-chinesa/>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

WOOD, Michael. Chinese Maritime Power – Is the Increase In China's Maritime Power Internally Consistent with China's National Interests and Foreign Policy, or Cause for Concern?, **Seaford House Paper**, Royal College of Defence Studies, p. 1-19, 2012.

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DAS DESIGUALDADES PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS³

Danilo Augusto da Silva Horta⁴

RESUMO: Pensar as Relações Internacionais é uma tarefa extremamente difícil. As diversas teorias de Relações Internacionais nos auxiliam, em grande medida, a compreender e analisar os diversos fenômenos característicos do sistema internacional; entretanto, são poucas as teorias que possuem instrumentos teóricos que nos possibilitam pensar as influências das desigualdades internacionais e das desigualdades inter-regionais no comportamento dos diferentes atores do sistema internacional. Visando demonstrar que as desigualdades apresentam um papel basilar na explicação do comportamento dos diferentes atores no sistema internacional, o presente trabalho busca explicitar a potência de instrumentos teóricos e analíticos oriundos da economia heterodoxa para a explicação de eventos e fenômenos presentes no sistema internacional. Este trabalho discorrerá essencialmente sobre dois tipos de desigualdades: 1) as internas aos Estados nacionais (inter-regionais), que são responsáveis por definir não apenas dinâmicas socioeconômicas domésticas, mas também a forma pela qual cada Estado se insere no sistema internacional e 2) as internacionais, responsáveis por definir as diferentes formas pelas quais os atores interagem com e se relacionam no sistema internacional. Para atingir os objetivos deste artigo, foi realizado uma ampla revisão bibliográfica, com foco nas teorias acerca do desenvolvimento regional e nas teorias heterodoxas que versam sobre desigualdades internacionais, e foi realizado a análise de uma série de dados socioeconômicos (tanto em nível inter-regional, quanto em nível internacional), a fim de demonstrar não somente o elevado grau das desigualdades, mas também sua importância para as Relações Internacionais.

Palavras-Chave: Desigualdades, Teoria de Relações Internacionais; Economia Regional; Heterogeneidade Estrutural.

1 INTRODUÇÃO

No campo da economia, a concepção de que o processo de desenvolvimento ocorre de forma desigual já é consolidada entre os economistas heterodoxos, embora a discussão sobre as causas e os efeitos das desigualdades sobre as economias nacionais e sobre os processos de

³ Este trabalho é fruto dos resultados obtidos na pesquisa de iniciação científica denominada “Desigualdades Regionais e Sociais em países da América Latina: uma comparação internacional”, realizada sob orientação do Professor Doutor Humberto Eduardo de Paula Martins e financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Edital 03/2021 (PIBIC/CNPq)

⁴ Graduando pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

desenvolvimento não sejam. Muito embora o crescimento desigual seja debatido em termos internacionais, buscando-se explicar o porquê de Estados apresentarem níveis diversos de desenvolvimento em momentos históricos semelhantes, reconhece-se que o processo de desenvolvimento desigual ocorre, também, dentro de um mesmo Estado, sendo que tais desigualdades têm impacto direto sobre o nível de vida da população, sobre dinâmicas sociais e em especial, sobre a política (sendo este último tipo de desigualdade estudado pela economia regional).

Nesse sentido, versar sobre as implicações do desenvolvimento desigual pode ser extremamente importante para a compreensão de fenômenos internacionais e também pode ser importante para repensarmos a forma pela qual os atores interagem entre si e com o sistema internacional. O presente artigo não tem por objetivo discutir sobre as causas do desenvolvimento desigual, mas explicar que, dada sua existência, os atores são influenciados pelas desigualdades. Os procedimentos metodológicos consistiram em: 1) levantamento bibliográfico e busca por dados; 2) revisão bibliográfica e 3) análise dos dados obtidos na base de dados da OCDE e do Banco Mundial.

2 OS EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL EM NÍVEL INTER-REGIONAL

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento ocorre de maneira desigual em um determinado espaço e não em outros⁵, Williamson (1965) e Hirschman (1958) compreendem que a existências de desigualdades inter-regionais influenciam o processo desenvolvimento nacional e as dinâmicas socioeconômicas e políticas presentes em cada Estado.

Tanto para Williamson (1965) quanto para Hirschman (1958), o desenvolvimento em uma região provoca efeitos sobre as demais regiões de determinado território nacional, podendo tais efeitos ser positivos (caracterizando-se uma transferência do progresso de uma para outra) ou ser negativos (caracterizando uma exploração de uma sobre a outra). Ambos os autores

⁵ Furtado (1961) nos auxilia a compreender isto; no Brasil, país integrado a economia mundial por meio da exportação de insumos alimentícios e matérias-primas, as principais fases do desenvolvimento ocorrem em locais distintos: em primeiro lugar temos a fase do desenvolvimento açucareiro concentrado na região nordeste; em seguida temos o “desenvolvimento” baseado na extração de ouro na região central e posteriormente temos o desenvolvimento do sudeste a partir da venda de café e da industrialização

observaram e demonstraram em suas pesquisas que o desenvolvimento desigual pode gerar novas desigualdades ou intensificar as desigualdades existentes, havendo uma grande tendência para que se observe a concentração espacial do desenvolvimento em regiões próximas ao espaço onde este se iniciou, isto é, dado o desenvolvimento desigual, há uma tendência para que a região desenvolvida e seu entorno se desenvolvam mais rapidamente que as regiões não desenvolvidas/menos desenvolvidas. Nesse sentido, podemos falar de um problema norte-sul em nível interno dos Estados nacionais, onde o “norte” é caracterizado pelos polos de desenvolvimento e o “sul” pelas regiões menos desenvolvidas (WILLIAMSON, 1965; HIRSCHMAN, 1958).

A persistência das desigualdades entre regiões do “norte” e regiões do “sul” em determinado Estado, tem efeito direto sobre diversas variáveis econômicas, sociais e políticas. De toda maneira, entendemos que tais desigualdades, quando permanecem no longo prazo, geram aquilo que denominamos de heterogeneidade estrutural, no sentido de que as desigualdades inter-regionais criam desigualdades intersetoriais.

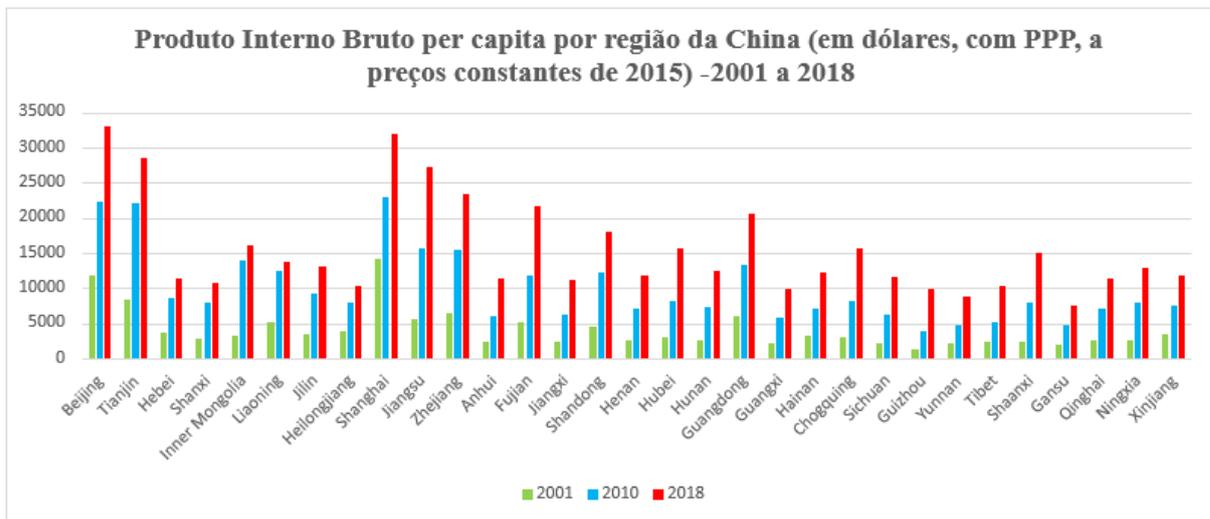
La heterogeneidad estructural que caracteriza a la periferia se define como una situación en la que existen amplias diferencias en los niveles de productividad del trabajo entre sectores de la economía y al interior de cada sector. Estas diferencias son lo suficientemente marcadas como para segmentar claramente el sistema productivo y el mercado de trabajo en capas diversas, en las que las condiciones tecnológicas y de remuneración son fuertemente asimétricas. En algunas versiones la idea de heterogeneidad se asociaba a la de dualismo, que distingue entre trabajadores ocupados en actividades de subsistencia (con productividad marginal cero o negativa) y trabajadores empleados en el sector moderno. (CIMOLI; PORCILI, 2013, p. 3)

As desigualdades inter-regionais e intersetoriais (heterogeneidade estrutural) fazem com que se reproduzam e se elevem desigualdades materiais em uma mesma sociedade, sendo que tais desigualdades dão origem a inúmeras diferenças e divergências sociais e políticas que afetam diretamente a condução e as decisões estatais em nível internacional.

Nesse sentido, a observação das desigualdades presentes em determinado Estado nos permite questionar teorias que colocam o Estado como atores unitários no sistema internacional e também podem constituir um ferramental importante para pesquisas envolvendo relações entre os âmbitos doméstico e internacional, tal como são as análises de política externa por exemplo. Um exemplo disto ocorre no caso de eleições: as demandas da parcela populacional que se encontram em regiões do “sul”, provavelmente, não serão as mesmas que as demandas

da parcela populacional que vive em regiões do “norte”; outro exemplo pode ser dado no estudo de grupo de atores: os atores políticos mais influentes e importantes, em geral, se concentram nas regiões do “norte”, tendo suas demandas grande peso sobre as decisões nacionais. Como podemos observar abaixo, a China, assim como a Brasil, EUA, e países da União Europeia, entre outro, apresentam elevados graus de desigualdades inter-regionais⁶:

Gráfico 1: Produto Interno Bruto per capita por região da China



Fonte: OECD STATISTICS, montado pelo autor.

3 OS EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL EM NÍVEL INTERNACIONAL

O processo de desenvolvimento desigual também afeta diretamente as relações internacionais, em especial quando consideramos que os países desenvolvidos tendem a ter mais *capabilities* a seu alcance e possuem maior influência no sistema internacional.

Prebisch (1949); Pinto (2000); Furtado (1961); Cepal (2010; 2012); e vários outros autores, apesar de discordarem em diversos aspectos sobre as causas e soluções das desigualdades internacionais concordam com uma coisa: há dois tipos de estruturas econômicas

⁶ Devido ao espaço máximo do trabalho, resolvemos expor somente os dados Chineses, embora os dados dos países descritos demonstrem, também, elevados graus de desigualdades inter-regionais.

nacionais presentes no sistema internacional: a dos países desenvolvidos/ centrais e a dos países subdesenvolvidos/periféricos.]

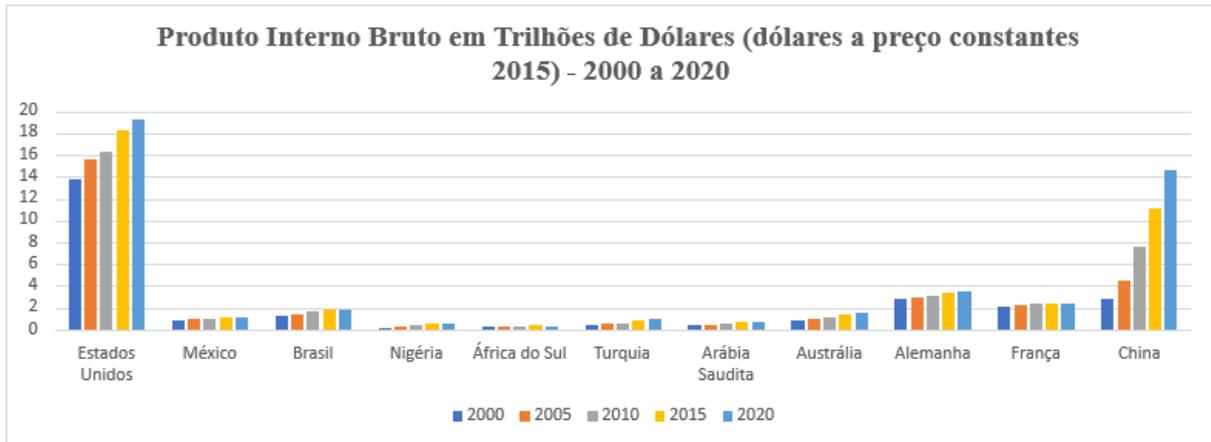
De maneira geral, podemos definir os países desenvolvidos/centrais como aqueles que apresentam estruturas econômicas com elevados graus de industrialização e elevados níveis de modernização em todos os setores de suas economias, isto é, não se observa grandes desigualdades intersetoriais; por sua vez, os países subdesenvolvidos/ periféricos podem ser definidos como aqueles que apresentam estruturas econômicas com baixos ou médios graus de industrialização e/ou com pouca modernização em seus setores econômicos, apresentando, em geral, grandes desigualdades intersetoriais (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1961).

As diferenças nas estruturas econômicas são determinantes na influência e no poder dos Estados no sistema internacional, pois, como demonstrado por Prebisch (1949) e reforçado por inúmeros economistas⁷, o valor agregado nos processos produtivos que ocorrem em setores industriais e modernos são superiores aos demais setores. Desta maneira a estrutura econômica superior dos países desenvolvidos permite que eles tenham mais capacidades de aumentar seus recursos de poder (em especial seu *Hard Power*) do que os países periféricos. Nye (2012), por exemplo, entende que o *Hard Power* dos países pode ser definido a partir do poder militar e do poder econômico, ambos influenciados, diretamente, pelas estruturas econômicas presentes em cada Estado.

As diferenças existentes nas estruturas econômicas podem ser observadas em muitos indicadores, tal como o Produto Interno Bruto (PIB); no Índice de Complexidade Econômica, Índice de Desenvolvimento Humano etc. Podemos perceber as diferenças na Estrutura econômica observando as diferenças no PIB dos países presentes no gráfico abaixo (buscamos analisar as principais economias presentes em cada região do globo).

Gráfico 2: Produto Interno Bruto em Trilhões de Dólares

⁷ Pinto (2000); Furtado (1961); Cepal (2010; 2012), etc.



Fonte: WORLD BANK DATA, montado pelo autor.

Nesse sentido, entendemos que a compreensão das desigualdades existentes entre Estados, em especial, as desigualdades oriundas das diferenças nas estruturas econômicas, nos permitem analisar com maior nitidez as relações internacionais.

A análise das estruturas produtivas (e o reconhecimento das desigualdades entre elas) pode ser fonte de explicação para diversos aspectos das Relações Internacionais, como por exemplo: as diferenças nas *capabilites* e nos recursos de poder dos Estados no sistema internacional. Também podem servir de base para questionarmos ideias sobre cooperação ou sobre os efeitos do comércio internacional entre atores do sistema internacional (pois, havendo desigualdades, a exploração pode se reproduzir em nível sistêmico, por exemplo); ou podem servir para compreendermos, mais efetivamente, as relações de Estados com atores não-estatais (por exemplo, poderia nos ajudar a responder se os investimentos de uma multinacional são mais importantes para países periféricos ou para países centrais?) etc.

Compreendemos, portanto, que os instrumentos disponibilizados pela economia heterodoxa e pela economia regional podem ser úteis para a análise das Relações Internacionais, sendo sua utilização benéfica para potencializar (e possivelmente questionar) uma série de teorias das Relações Internacionais; além disso, tais instrumentos podem ser úteis em análises de política externa, ou para a compreensão do ambiente doméstico de muitos Estados. A aproximação da disciplina com tais conhecimentos podem ser basilar para seu próprio desenvolvimento teórico, tal como buscamos apontar.

REFERÊNCIAS

CEPAL. (2010). A hora da igualdade: brechas para fechar, caminhos por abrir. Trigésimo terceiro período de sessões da CEPAL. LC/G.2432(SES.33/3) Santiago do Chile, **Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)**, 2010. Disponível em <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/2973>>. Acesso em: 24 de jan. de 2022.

CEPAL. (2012). Panorama del Desarrollo Territorial en América Latina y Caribe. (LC/W534) Santiago de Chile, Instituto de Latinoamérica y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES); **Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)**, 2012.

CIMOLI, P.; PORCILE, G. (2013). Tecnología, heterogeneidad y crecimiento: una caja de herramientas estructuralista. **CEPAL**, 2020. Disponível em: <https://biblioguias.cepal.org/prebisch_pt/sigloXXI/heterogeneidade-estrutural>. Acesso em: 24 de jan. de 2022.

FURTADO, C. (1961). **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo Cultural, 1961.

HIRSCHMAN, A. (1958). **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

NYE, J. S. (2012). **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OECD. (2022). **OECD Statistics**. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/>>. Acesso em: 24 de jan. de 2022.

PINTO, A. (2000). Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PREBISCH, R. (1949). **El Desarrollo Económico de América Latina y su Principales Problemas**. (New York: United Nations, 1950)

WILLIAMSON, J. G. (1965). Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrições e padrões. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia Regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1965. 1977, p. 53- 116.

WORLD BANK. (2022). **The World Bank Data**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD>>. Acesso em: 24 de jan. de 2022.

**A INFLUÊNCIA DA MODA NO POSICIONAMENTO DA SUÉCIA DURANTE A
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A PARTIR DA LENTE TEÓRICA DO REALISMO
NEOCLÁSSICO**

Ana Carolina Rezende Luz¹

RESUMO: A escolha pela neutralidade pode ser considerada uma propriedade duradoura nas relações internacionais, já que demonstra o desejo dos atores internacionais de buscarem a paz, com o intuito de se afastarem de conflitos. Estados considerados vulneráveis, pelos atores hegemônicos, tendem a buscar essa neutralidade para sua sobrevivência no Sistema Internacional. A Suécia não é entendida como uma grande potência pelos atores internacionais, portanto, é mais vulnerável a conflitos; por esse motivo o país procura se abster de guerras. A Segunda Guerra Mundial ilustra o posicionamento de neutralismo da Suécia, como uma maneira de sobrevivência durante o conflito. Porém, algumas ações do país demonstram que esse status de neutralidade não foi seguido inteiramente, visto que o Estado também buscava se beneficiar economicamente através da cooperação na política externa com os dois blocos (do Eixo e os Aliados) e obtinha uma influência nas questões culturais durante a Segunda Guerra Mundial. Este artigo tem como objetivo compreender quais as razões da Suécia possuir um posicionamento de neutralidade na Segunda Guerra Mundial e ainda assim cooperar com os demais atores nessa época.

Palavras-chave: Suécia; Segunda Guerra Mundial; Política Externa; Realismo Neoclássico, Moda.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar as razões pelas quais a Suécia apresentou um posicionamento de neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial, visto que, haviam indícios de cooperação com outros Estados e de uma influência quanto as decisões deles, com o foco na área da moda: através da lente teórica do Realismo Neoclássico.

A neutralidade representa, nas relações internacionais, o desejo dos Estados de se afastarem de conflitos e se preservarem das questões adversas que progridem com a guerra. Apesar disso, os Estados ainda consideram como algo comum e um meio natural de perseguirem seus interesses no sistema internacional (WYLIE, 2002). Ademais, a Suécia é um país que é reconhecido por sua tradição de operar através de uma política de neutralidade. Dessa forma, pode-se observar que a neutralidade é utilizada para fins estratégicos em benefício da política externa nacional e para a garantia de segurança do país (BJERELED, MÖLLER, 2016).

A Suécia não é considerada uma grande potência pelos demais atores hegemônicos do sistema internacional, assim se torna mais propenso a conflitos internacionais – sejam esses de cunho econômico ou militar – por esse motivo a nação obteve o interesse de promover um status de paz (RAINER, 2017).

Dessa maneira, os esforços realizados pelo país puderam ser vistos por alguns estudiosos como a garantia para a neutralidade. Entre eles temos: Christine Agius (2006) que apresentou uma explicação entorno da escolha da Suécia ser neutra que recai sobre o fato das decisões da *realpolitik* serem calculadas como uma escolha dos pequenos Estados através de suas opiniões, ou seja, são contra o uso de forças políticas e militares sob a população. E Ripsman (2011) no qual, argumenta sobre a teoria realista neoclássica como uma reação dos pequenos Estados, enquanto havia uma cultura de guerra na Europa. Visto que, grande parte dos conflitos internacionais são gerados por conflitos internacionais e violações dos direitos humanos (RAINER, 2017).

A partir desses pressupostos, é relevante analisar de que forma a cooperação e a influência (na política, na economia, na moda) se relacionam sem se contradizerem. Sendo assim, a pergunta que norteia o artigo é traduzida em **como compreender a influência da moda no posicionamento da Suécia, no período da Segunda Guerra Mundial, a partir da lente teórica do Realismo Neoclássico, visto que o país se declarava neutro, mas cooperava com ambos os lados no conflito?**

Assim, pressupõe-se uma hipótese para esse questionamento, sendo: A Suécia se estabeleceu neutra durante a guerra devido à percepção de um caráter não beligerante, porém o país implementou uma política externa de cooperação e de influência no sistema internacional como uma estratégia e como uma forma de defesa, já que, o país é aparentemente vulnerável a conflitos globais.

O objetivo geral desse estudo é compreender quais as razões da Suécia possuir um posicionamento de neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e ainda assim cooperar e influenciar outros Estados através da moda e da alta costura nesse período. Dessa maneira, os objetivos específicos são: 1) Compreender o panorama geral da Suécia na Segunda Guerra Mundial; 2) Entender a influência da moda durante os conflitos globais 3) Apresentar os pressupostos do Realismo Neoclássico, através de seus principais autores 4) Analisar a

associação entre a teoria realista neoclássica e as razões da moda na Suécia influenciarem a cooperação com ambos os lados do conflito, mesmo possuindo um posicionamento de neutralidade.

Como justificativa do tema deste estudo, apresenta-se: a Suécia é um país pouco pesquisado nos estudos de Relações Internacionais, e não é considerado um país influenciador na moda e na alta costura mundial. Além disso, existem poucos trabalhos que buscam entender a influência Sueca na moda durante o período da Segunda Guerra Mundial através da lente teórica do realismo neoclássico. A exemplo disso, a autora Ulrika Kyaga (2020) em seu artigo “*Much News from the fashion frontier: Swedish neutrality and diffusion of Paris fashion during World War Two*” procura investigar a circulação de notícias sobre moda e alta costura na imprensa sueca durante os eventos da Segunda Guerra Mundial. E o autor Carlsson Rainer (2017) em seu artigo “*Sweden is a World Leader in peace, security and human rights*” analisa a função da Suécia a partir da diplomacia do soft power, levando em consideração diversas questões dos direitos humanos. Porém, nenhum dos autores utilizam dos pressupostos da teoria realista neoclássica.

2 COMPREENDENDO A TEORIA NEOCLÁSSICA

Com base na teoria do Realismo Neoclássico e um enfoque em política externa, através dos princípios trabalhados por Gideon Rose(1998), Norrin M. Rispman (2009, 2011) e outros autores que desenvolveram uma abordagem sobre essa teoria nos estudos de relações internacionais, confrontando as demais teorias Realistas e suas variantes que discutem a sobre o Estado, sua posição no sistema internacional, a constituição de sua política externa e outras questões importantes. De acordo com o autor Ripsman (2011), o realismo neoclássico procura mesclar o realismo estrutural, através de análises científicas com a vantagem causal do sistema internacional, dando atenção às instituições no nível doméstico, aos problemas de percepção e preocupações de liderança que perturbavam os Realistas Clássicos (RIPSMAN, 2011).

Além disso, o autor Gideon Rose (1998) afirma que a escola Realista Neoclássica dá ênfase às narrativas teóricas que traçam o poder material relativo que se traduz no comportamento político dos tomadores de decisão. Desse modo, a teoria trouxe sentido às

explicações sobre o comportamento dos países em diversas regiões durante vários períodos históricos. Ademais, como já citado acima os neoclássicos acreditam que o poder material determina como os atores irão agir na política externa e por isso analisam a força e a estrutura do Estado, pois essas afetam a quantidade de recursos que podem ser aplicados na política externa (ROSE, 1998).

O autor Ripsman (2009) afirma que os teóricos neoclássicos acreditam que a anarquia e a distribuição de poder regulam a busca por segurança, sendo que ela possui grande valor em um sistema internacional anárquico, pois os Estados são os atores principais na arena internacional. Dessa maneira, os líderes priorizam não apenas a segurança nacional, mas também a permanência do poder no nível doméstico, já que, as condições das políticas internas podem afetar a políticas externas e de segurança (RIPSMAN, 2009).

3 A SUÉCIA E SUA INFLUÊNCIA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A escolha da Suécia antes da guerra pendia entre a neutralidade nacional e a aliança militar com uma grande potência, o dilema encontrado nessa época seria de até que ponto a Suécia poderia confiar na segurança coletiva. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939 o governo sueco emitiu uma declaração oficial de neutralidade. Mas, o país continuou suas relações comerciais com os países beligerantes até o início de 1940, que foi interrompido devido à ocupação Alemã nos territórios da Dinamarca e na Noruega (MALMBORG, 2001).

Assim, os suecos se viram cercados pelas tropas alemãs que haviam invadido os países vizinhos, dessa forma, o país temeu uma possível invasão em seu território e com isso passou a conceder os desejos das tropas alemãs na guerra. A exemplo disso, durante esse período os alemães impediram a imprensa sueca de publicar qualquer comentário ou notícia sobre suas ações. Mesmo os jornais que não recebiam nenhum subsídio do governo ou dos alemães tinham de obedecer a essas ordens como o jornal Stockholm Tidningen que oferecia uma cobertura regular sobre moda (KYAGA, 2020).

Mais adiante na guerra a Suécia já se encontrava como um ator crucial na guerra já que a Alemanha passara a depender dos equipamentos militares suecos para continuar no conflito.

Assim, ter uma boa relação com a Suécia era vantajoso para as tropas alemãs, já que, nunca foi um plano invadir o país, mas controlar os artistas individuais, as instituições culturais pois, uma cultura de alto nível era de interesse para Hitler. Além disso, as conexões comerciais com a Suécia eram de extrema importância para os alemães, isso pode ser ilustrado pelos planos de guerra para atividades de exportação de moda. Os nazistas “exigiam que a moda francesa fosse fundida com a alta-costura de Viena e Berlim e que participasse de uma exposição em Estocolmo planejada para julho de 1944. A moda e alta costura se tornaram um elo significativo entre a Suécia e a Alemanha (KYAGA, 2020).

Além disso, o governo sueco aproveitou para voltar o comércio com os países Aliados, já que, economicamente eles contribuía mais do que os países do Eixo. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos exigiram que a Suécia encerrasse o acordo de trânsito com a Alemanha, e no que diz respeito ao comércio, principalmente a exportação de minério de ferro e rolamentos, os Aliados também exigiram a diminuição das exportações. Porém, o governo sueco rejeitou essa demanda, mas privadamente encaminhou aos Estados Unidos à principal empresa sueca que produzia rolamentos de esferas. Por esse motivo, parte das exportações de rolamentos para a Alemanha foi reduzida. Pouco depois, os Aliados queriam que a Suécia cortasse as relações diplomáticas com os alemães, o qual foi recusado pelo país e desencadeou em setembro de 1944 a proibição de todos os transportes marítimos estrangeiros das águas territoriais suecas. Esse fator determinou o fim de quase todo o comércio entre a Alemanha e a Suécia (WAHLBÄCK, 1998).

Ademais, vale ressaltar que a neutralidade sueca foi questionada diversas vezes pela Alemanha e pelos Aliados, mas estes não podiam utilizar de força física para impedir a comercialização dos produtos necessários para a guerra, já que, eles dependiam desses para continuação do conflito. Por isso os países questionavam, mas não se empenhavam muito nisso para não perderem o parceiro comercial. Com isso os suecos só aumentavam seu poder econômico e sua autonomia durante a segunda guerra. A Suécia foi considerada desleal com sua política de neutralidade e obteve uma imagem de traidora para a sociedade internacional, mas, à sua natureza aparentemente individualista na política, fez com que o país se beneficiasse economicamente na guerra (GOLSON, 2011).

4 CONCLUSÃO

O objetivo desse artigo foi compreender como a moda influenciou o posicionamento da Suécia, durante o período da Segunda Guerra Mundial, a partir da lente teórica do Realismo Neoclássico, visto que o país se declarava neutro, mas cooperava com ambos os lados no conflito. Portanto, é possível entender que nos primeiros anos de guerra havia uma ameaça real a Suécia, por isso a questão da sobrevivência foi importante num primeiro momento, já que, o país se encontrava defasado militarmente e economicamente e isso o tornava vulnerável durante a Segunda Guerra. Mas, com o decorrer do conflito o país passou a se estabelecer no sistema internacional a partir do comércio da guerra e da moda. Isso passou a influenciar as atitudes dos demais atores no conflito e gerou uma confiança devido a cooperação que a Suécia tinha tanto com os Aliados quanto com a Alemanha.

REFERÊNCIAS

- AGIUS, Christine. **The Social construction of Swedish neutrality: Challenges to Swedish identity and sovereignty**. 1 ed. Manchester University. New York. Editora Palgrave, p. 22 – 24, 2006.
- BJERELD, Ulf; MÖLLER, Ulrika. Swedish Foreign Policy: The Policy of Neutrality and Beyond. **Historical and Conceptual Point of Departure**. The Oxford Handbook of Swedish Politics. Oxford Handbooks Online, p. 2 – 4, 2015.
- GOLSON, Eric Bernard. **The Economics of Neutrality: Spain, Sweden and Switzerland in the Second World War**. The London School of Economics and Political Science. London, p. 23 – 132, 2011.
- KYAGA, Ulrika. Paris Fashion and World War Two: Global Diffusion and Nazi Control. **‘Much News from the fashion frontier’: Swedish neutrality and diffusion of Paris fashion during World War Two**. Bloomsbury Visual Arts. London, p. 97 – 112, 2020.
- MALMBORG, Mikael. **Neutrality and State – Building in Sweden**. 1 ed. Editora Palgrave. The Swedish Institute of International Affairs, and University College of South of Stockholm. New York. 2001.
- RAINER, Elise Carlson, **Sweden is a World Leader in Peace, Security, and Human Rights**. American Public University, 2017.
- RIPSMAN, Norrin M. Neoclassical Realism. **Neoclassical realism and domestic interest groups**. Cambridge University Press, p. 170 – 193, 2009.
- WAHLBÄCK, Krister, **Neutrality and Morality: The Swedish Experience**. 1 ed. Vol. 14.

American University International Law Review. 1998.

WYLIE, Neville. **European Neutrals and Non-Belligerentes During The Secon World War.**
Cambridge: Cambridge University Press, 2002.



A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA NA ÁSIA CENTRAL (2001-2021)Paulo Victor Fernandes Oliveira⁸

RESUMO: O presente trabalho pretende descrever como objetivo geral a região da Ásia Central a partir das dinâmicas que as diferentes fases da Política Externa da China (2001-2021) foram moldadas para o seu entorno geoestratégico. Com o fim da União Soviética, os então países independentes do Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tadjiquistão – que compunham a união das Repúblicas na região –, bem como o Afeganistão já independente anteriormente, continuaram em zona de influência russa. Contudo, devido à crise em que Moscou ultrapassou durante a década de 1990, bem como os conflitos atrelados a localidade no pós-independência, o crescimento econômico chinês e a sua abertura gradual vislumbraram uma oportunidade maior na região. O marco da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) é um fator determinante tanto para a expansão comercial do país, como da sua expansão geopolítica pelo mundo, a começar por suas regiões vizinhas. Os objetivos específicos do trabalho transcorrem por: a) analisar os processos de formação e independência dos cinco países da região e o contexto afegão; b) as relações com a China a partir do período proposto e a conjuntura da criação do *Belt One Road* na região a partir do Governo *Xi Jinping*, analisando como o projeto redefiniu as ações da China ao longo do período, com ênfase nos Planos Quinquenais da China. O trabalho tem como um diferencial de procedimento metodológico, a utilização do modelo analítico “*Actor-Specific Theory*”, que caracteriza a figura de um líder como central para a formulação de uma Política Externa.

Palavras-chave: China; Ásia Central; *Belt and Road*; Política Externa.

1 A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA NA ÁSIA CENTRAL (2001-2021)

A região da Ásia Central, historicamente, sempre obteve grande destaque devido ao seu posicionamento geoestratégico relevante. O interesse da República Popular da China pela região não é corriqueiro, desde as antigas rotas comerciais nas antigas dinastias, até a controle do território e o combate a grupo terroristas que eventualmente possam aparecer na região na atual conjuntura. Com o fim da União Soviética e a independência das repúblicas da Ásia Central – Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tadjiquistão –, Pequim

⁸ Graduando em Relações Internacionais na Universidade Salvador (UNIFACS). Membro do Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais, Políticas Públicas e Governo (GPRIPPG) na Universidade Salvador (UNIFACS); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa do Instituto de Estudos Sobre a China da Universidade Federal de Santa Catarina (Ichin - UFSC).

procurou diversificar seus parceiros em suas relações bilaterais na sua vizinhança (Zhang, 2005).

A China, em crescente desenvolvimento, voltou-se novamente aos seus vizinhos de outrora para averiguar algumas questões relacionadas a essas temáticas, para além da necessidade de expansão comercial e de crescente influência econômica no mundo. Inicialmente, as relações foram bem amistosas, não possuindo grandes rusgas diplomáticas ou interesses geopolíticos com outras potências regionais e/ou mundiais, baseando-se em intercâmbios comerciais, postos fronteiriços melhores demarcados e acordos, conjecturando projetos futuros (Zhang, 2005).

Contudo, com o decorrer dos anos e do crescente aumento de influência chinesa na região, inicialmente, algumas questões geopolíticas começaram a se tornar mais evidentes, sobretudo a partir do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), após os atentados de 11 de setembro. Desde então, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), expandiu ainda mais o seu escopo, projetando não somente a Rússia – que também vinha recuperando seu prestígio lentamente, após uma conturbada década de 90 nos âmbitos econômicos, militares, sociais e políticos, sobretudo –, mas também a China (Rumer, 2002).

Como mencionado, a questão de segurança nacional está também fortemente atrelada ao contexto da atuação da política externa chinesa na região. *Xinjiang*, província ao noroeste chinês, está no centro das atenções da temática. Os problemas de desenvolvimento econômico e controle político estão nessa balança. Dois fatores são importantes nesse cenário: 1) Expansão do desenvolvimento nacional chinês para as regiões menos populosas e com menores índices de desenvolvimento humano; 2) Preocupação com o contexto social, econômico e político das ex-repúblicas soviéticas, sobretudo do Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, devido ao seu histórico de insurgências de células terroristas desde as suas independências e por estarem diretamente ligadas a *Xinjiang* através de fronteiras que eventualmente são porosas, além do fator Afeganistão (Valérie, 2006). Tais preocupações e objetivos estão contidos nos Planos Quinquenais de Pequim, que pautam essas temáticas.

A estratégia de estabilização do seu entorno geoestratégico, coincide diretamente com as reformas aplicadas pela política externa do país desde *Deng Xiaoping*, sendo ligadas as teorias da ascensão pacífica (Pecequilo, 2014), sendo pautadas sobretudo pelo desenvolvimento

econômico e social, mas que também não deixam de pautar a sua segurança interna, combatendo o que qualificam como extremismo, terrorismo e separatismo.

Os contextos dos países da Ásia Central são diversos. O Cazaquistão possui laços culturais relevantes com a minoria uigure que habita a região de *Xinjiang*, para além de ser também povoado mais ao norte por minorias étnicas que compõe a Federação Russa. Além disso, historicamente sempre foi um ponto estratégico dentro da União Soviética, devido a sua dimensão territorial e sua baixa densidade populacional, sendo um lugar preferencial para testes nucleares e lançamentos de projetos espaciais.

No âmbito econômico, a China já possui acordos bilaterais robustos com o país, com zonas de livre comércio e novos projetos de gasodutos, ferrovias e infraestrutura local, além da participação financeira em diversas empresas ligadas ao setor energético no país, sobretudo desde a implementação do *Belt and Road Initiative*, projeto de influência chinesa que angariou consideravelmente a figura de liderança do *Xi Jinping* para o mundo, através da remodelação da política externa de Pequim nas alianças econômicas, militares e diplomáticas (Hudson, 2005).

A conjunção do Tadjiquistão, do Quirguistão e do Uzbequistão talvez sejam os mais complexos e sensíveis para a China no âmbito securitário. Além do fator geográfico, questões fronteiriças relacionadas ao pós-independência desses países ainda não foram resolvidas até os dias atuais, o que geram escaramuças constantes entre os países, em suas divisões políticas e sociais. Outro exemplo comum que exemplifica a questão, são os quatro exclaves uzbeques dentro do Quirguistão e um quirguiz dentro do Uzbequistão, tornando a conjuntura ainda mais complexa.

Por sua vez, o Turcomenistão, considerado um dos países mais fechados do mundo, devido a manutenção das elites políticas controladas por *Gurbanguly Berdimuhamedow*, mantém boas relações com a China, sendo também incluso nesses projetos, mas com menos veemência nas relações, já que uma influência russa avantajada é mais interessante no contexto de *Ashgabat*, sobretudo através do Mar Cáspio (Jiang, 2021). Porém, a China não deixa de qualificar as relações como de uma constante cooperação amigável, como consta nas notas oficiais. A projeção do *Belt and Road* nesses países acaba por resguardar a maioria dos objetivos

estratégicos da política externa chinesa para a região, sendo pautas fundamentais para o poder central de Pequim.

Devido à proximidade geográfica e o papel de histórico da Rússia com a Ásia Central, destaca-se também, a relevância da Organização para a Cooperação de Xangai, criado no contexto da década de 90 com o nome de “Shanghai Five”, sendo expandida posteriormente, e que reúne todas os países citados, com exceção do Turcomenistão – além de potências nucleares regionais do Subcontinente indiano, como Índia e Paquistão, entre outros membros observadores –, sendo a Rússia juntamente com a China, os dois países mais atuantes em resolução de conflitos e de acordos militares e econômicos entre os membros. Essa conjuntura por si própria, prospecta diferentes tipos de análises e cenários para a Política Externa da China (Boland, 2010).

O marco temporal do ano de 2001 é especialmente relevante para entendermos esse contexto de relações que outrora, em tempos soviéticos, foram de diferenças conflitantes fundamentais. Tanto a entrada da China na OMC, quanto os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, que trouxeram uma verdadeira agitação para a segurança estratégica na Ásia Central, ocasionando uma aproximação maior entre China e Rússia, que com o passar do tempo, foram alinhando objetivos de política externa semelhantes, principalmente nos âmbitos militares e econômicos, com acordos de compras de armamentos e novos gasodutos que ligam os países e/ou passam pelo Cazaquistão, como exemplo. Outra evidência fundamental, foi a inclusão do Uzbequistão no mesmo ano dentro da Organização para a Cooperação de Xangai.

Com o constante prestígio e valorização do petróleo e do gás natural nos diferentes mercados pelo mundo, em consonância com a ampliação da presença militar e econômica estadunidense na região do Oriente Médio e até em pontos específicos da Ásia Central. Essas relações bilaterais entre chineses e russos vão se acentuar sobretudo da última década em diante, com a retomada de prestígio geopolítico e militar russo em algumas regiões, bem como a ascensão imparável chinesa, onde ambos vislumbram um rival geopolítico em comum, os Estados Unidos (Yu, 2002).

Tanto para Moscou, como para Pequim, a aliança mutua nessas temáticas acabam sendo coniventes com os objetivos de contrariar e diminuir a penetração e influência dos Estados

Unidos na região, promovendo e reforçando novos laços econômicos, militares e diplomáticos entre os entes envolvidos, através também, de novos métodos de resoluções de conflitos, por exemplo (Gill, 2001).

O cenário caótico do Afeganistão, tende a se tornar um exemplo tácito e de valor considerável para ambas as potências e um exemplo “teste” grandioso dessas novas políticas externas alinhadas, já que para além de ser uma ponte geográfica que liga o Oriente Médio a região da Ásia Central, o país também é um berço de células de grupos insurgentes que visam ameaçar a segurança regional e a enfatizar possíveis movimentos separatistas nos países da região, além de ser também um importante fornecedor de diversas matérias primas que possuem em abundância no solo afegão, reforçando o seu potencial de investimento (Pannier, 2021).

Por fim, a política externa de Pequim em relação à Ásia Central revela-se de uma capacidade de adaptação, flexibilidade e pragmatismo consideráveis, pendendo a ser a China, um ator no qual os países da Ásia Central podem contar para sustentar suas próprias estratégias e defender seus interesses, mas também um ator do qual não são absolutamente dependentes, tendo os Estados Unidos, mas sobretudo a Rússia entre os atores influentes, havendo Moscou demonstrado seu reciclado interesse pela região, tanto contra uma presença estadunidense excessivamente invasiva – sendo esse objeto principal na conjuntura atual –, como também contra qualquer tentativa por parte da China de tornar a Ásia Central sua exclusiva zona de influência, tornando a região um palco relevante para a geopolítica regional, intensificando o equilíbrio de poder entre as partes (Denisov, 2022).

REFERÊNCIAS:

BOLAND, Julie. Learning from the Shanghai Cooperation Organization's 'Peace Mission-2010' Exercise. **The Brookings Institution**, [S. l.], p. 1-3, 29 out. 2010.

DENISOV, Igor. After Kazakhstan Crisis, China Will Reassess Its Influence in Central Asia. **The Diplomat**, [S. l.], p. 1, 18 jan. 2022.

FOREIGN POLICY CONCEPT OF THE RUSSIAN FEDERATION. [S. l.], 1 dez. 2016.
Disponível em: https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6BZ29/content/id/2542248. Acesso em: 20 ago. 2021.

GILL, Bates. Shanghai Five: An Attempt to Counter U.S. Influence in Asia?. **Brookings**, [S. l.], p. 1, 4 maio 2001.

HUDSON, Valerie. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, Brigham Young University, v. 1, p. 1-30, 31 jan. 2005.

JIANG, Jon Yuan Jiang. Central Asian elites choose China over Russia. **East Asia Forum**, [S. l.], p. 1, 25 nov. 2021.

MACKERRAS, Colin. **China's Ethnic Minorities and Globalisation**. [S. l.]: Routledge, 2003. 224 p. ISBN 1134392885, 9781134392889.

PANNIER, Bruce. Central Asia: Getting Pulled From All Directions At The Crossroads Of Eurasia. **Radio Free Europe**, [S. l.], p. 1, 24 dez. 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; ALVES DO CARMO, Corival. A China; O Sistema Internacional e O Sul: Ascensão Pacífica?. **A China, O Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica?**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1-39, 1 jan. 2014.

VALÉRIE Niquet, “**China e Ásia Central**”, **China Perspectives** [Online] Setembro-outubro de 2006, Disponível em: <http://journals.openedition.org/chinaperspectives/1045>

YU Haibo, “**Peso e Perspectiva da Presença Militar dos EUA na Ásia Central**”, ISS, 04-2002, pp. 43-49.

ZHANG Weiwei, XU Jin, “**Uma Observação da Cooperação em Segurança entre a China e os Países da Ásia Central**”, Estudos Estratégicos Internacionais, 04-2005.

Z. RUMER, Boris. **Central Asia: A Gathering Storm?**. [S. l.: s. n.], 2002. 456 p. ISBN 978-0765608666.

CONFLITOS ARMADOS NA COLÔMBIA E A RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES DE PAZ

Bárbara Cristina Jacintho⁹
Tiago Amadeu Borges Diniz¹⁰

RESUMO: Há mais de 40 anos, as comunidades campesinas e demais áreas remotas da Colômbia sofrem com a desmedida violência policial presente em grande parte da América Latina e do sul global. Como resposta às brutalidades, agricultores e indígenas vítimas da opressão do Estado precisaram abandonar suas residências e se organizaram em torno de Comunidades de Paz, declarando-se um território neutro com relação aos conflitos da região. Seus residentes reivindicam direitos civis e políticos, como a proteção contra grupos armados, a promoção do princípio da não intervenção e autodeterminação dos povos. Atualmente, existem mais de 50 Comunidades de Paz em território colombiano, dentre as quais a Comunidade San José Apartadó, atuante desde 1997, possui destaque. Apesar dos esforços de grupos paramilitares em frear o desenvolvimento das Comunidades, diversas Organizações Internacionais e governamentais, além de grupos da sociedade civil, ofereceram suporte para o projeto. Impende, portanto, analisar o processo de formação e manutenção destes agrupamentos na Colômbia frente aos conflitos armados na região. Nesse sentido, a partir de estudos bibliográficos e fazendo-se valer do método hipotético-dedutivo, buscar-se-á entender os processos de resistência latente nas Comunidades de Paz.

Palavras-chave: Colômbia; Comunidades de Paz; Direito Internacional Humanitário; San José Apartadó; Violência Policial.

1 INTRODUÇÃO

A complexa rede de atores nos conflitos armados colombianos proporciona significativos desafios para as Relações Internacionais e, simultaneamente, pode propiciar alternativas para o enfrentamento das crescentes demandas. Nota-se que a instabilidade na Colômbia não é recente e se constrói ao longo do tempo adotando contornos mais ou menos favoráveis ao cumprimento dos direitos humanos. Fato é que, frente aos obstáculos impostos,

⁹ Estudante de graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisadora voluntária no programa PIVIC/UFU e membro do Grupo de Estudos em América Latina (Café Latino/UFU). E-mail: barbara.jacintho@ufu.br

¹⁰ Estudante de graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista do Programa de Formação para Internacionalização (ProInt) e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Direito Internacional (GEPDI/UFU). E-mail: tiagodiniz039@gmail.com

quer seja pelos conflitos políticos, quer seja pelas ambições capitalistas, podem haver possibilidades de enfrentamento ao caos.

No presente trabalho, pretende-se abordar de que forma a população campesina da Colômbia resiste aos conflitos armados no país a partir da formação das chamadas comunidades de paz. Nesse sentido, o texto busca apresentar a conturbada situação do país no que se refere aos conflitos armados e à violência policial e como as comunidades têm servido como fonte alternativa de garantia do acesso a direitos básicos. Assim, destaca-se a consolidação das comunidades como projeto quase utópico de organização civil em meio a conflitos armados, vislumbrando a efetivação da garantia de direitos fundamentais. O estudo propõe ainda uma análise sobre a aplicação do Direito Internacional Humanitário.

Por fim, utilizando-se da técnica de pesquisa bibliográfica e analisando notícias e documentos de organismos internacionais, pretende-se responder a maneira como as comunidades de paz se constituem como fonte de resistência aos conflitos armados na Colômbia e o quanto carecem de esforços por uma proteção internacional.

2 VIOLÊNCIA POLICIAL NA AMÉRICA LATINA

As democracias latino-americanas presenciam diariamente o seu fracasso na consolidação do controle legítimo da violência. Apesar de suas constituições salvuardarem os Direitos Humanos fundamentais como o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade, a violência endêmica segue sendo um problema para as democracias recém consolidadas da região.

O aparato estatal que, em tese, deveria servir para proteger sua população nacional, foi deturpado pelas elites ao longo dos últimos anos como forma de manter a ordem social. Detenções arbitrárias, torturas e desaparecimentos são cada vez mais comuns nos países latinoamericanos e possuem um alvo muito claro. No Brasil, por exemplo, uma pessoa negra é morta pelas mãos do Estado a cada quatro horas, segundo levantamento da Rede de Observatórios da Segurança (ROS).

Os números compõem o cenário do racismo estrutural no Brasil onde pretos e pardos têm 2,6 vezes mais chances de ser assassinados, representam 2/3 de

todos os encarcerados e apresentam expectativa de vida três anos menor do que brancos (CNN BRASIL, 2021).

Muito disso deve-se ao fator da ampla impunidade das corporações policiais que abusam de sua legitimidade com a certeza de que não haverão maiores consequências para seus atos delituosos. Nesse modelo tradicional, o uso da força tem sido o primeiro, e muitas vezes o único, instrumento de coerção, por vezes utilizado às margens da legalidade e amparado pelas políticas estatais (ABREU; BENGOCHEA; GUIMARÃES; GOMES, 2004).

É de se imaginar que com uma polícia forte e autoritária as taxas de criminalidade reduziriam-se gradativamente, o que provou-se uma inverdade. Segundo Pinheiro (1997, p. 44), “os crimes contra a vida e a integridade física – homicídio, assalto, estupro – cresceram significativamente” além de crimes contra a propriedade como roubos e pequenos furtos. Além disso, o avanço das políticas econômicas neoliberais aprofundou as desigualdades sociais na região, direcionando inúmeros indivíduos para as margens da sociedade. Muitos desses encontraram a única forma de renda no tráfico de drogas.

Neste sentido, é possível imaginar um modelo de sistema policial diferente em uma sociedade democrática que não mais seja utilizada como método de opressão, mas sim, como defesa dos direitos fundamentais de seus cidadãos?

2.1 VIOLÊNCIA POLICIAL NA COLÔMBIA

As ruas da Colômbia foram palco para a desmedida violência do aparato estatal que assolou o país na última década. No ano de 2021, o país colombiano registrou diversos casos de brutalidade policial e as principais vítimas continuam sendo manifestantes e as classes mais baixas da sociedade, conforme afirma Carlos Negret:

A polícia nacional agiu com violência desproporcional contra os jovens que protestavam em setores populares (...) Ou seja, os policiais atacaram as pessoas mais pobres desta cidade, acreditando que por isso podiam matar, ferir e que fazê-lo não teria nenhuma consequência (R7, 2021).

Nos primeiros meses do ano, em meio à terceira onda da COVID-19 no país, foram registradas imagens de veículos blindados e helicópteros utilizando gás lacrimogêneo para dispersar manifestantes que participavam da greve nacional, convocada por diversas organizações contra a reforma tributária proposta pelo governo de Iván Duque. Embora o

governo tenha retirado a proposta dias depois, as manifestações não cessaram: os manifestantes seguiram protestando por mais igualdade econômica, mais empregos e melhorias nos serviços públicos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2021). Um dos locais mais afetados foi Cali, onde os choques entre a polícia e os militantes resultaram em um número alarmante de vítimas (contando com 19 óbitos, 87 desaparecimentos e mais de 800 feridos) (EL PAÍS, 2021). Representantes do Alto Comissariado da Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) que estavam presentes no país afirmaram terem presenciado um uso desmedido de força por parte dos policiais. Marta Hurtado, representante do órgão, declarou em uma entrevista à imprensa que os policiais “utilizam munição real e espancam manifestantes” (EL PAÍS, 2021).

O uso ilícito da força também chamou a atenção da *Human Rights Watch* (2021) que foi responsável por documentar “diversas mortes causadas pela polícia, bem como espancamentos, abuso sexual e detenção arbitrária de manifestantes e transeuntes.” José Miguel Vivanco, diretor da divisão Américas da *Human Rights Watch*, afirmou que as violações aos direitos humanos ocorridas no país colombiano são resultado de falhas estruturais e defendeu uma ampla reforma no aparato policial e demais forças armadas.

3 AS COMUNIDADES DE PAZ COMO ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

O modelo de comunidade de paz na Colômbia pode assumir diferentes contornos. A experiência mais notória é a da Comunidade de Paz de San José de Apartadó, região de disputa entre forças colombianas tendo em vista a localização estratégica e o acesso a recursos naturais. A comunidade nasceu em 1997 como uma proposta autônoma de organização face aos abusos cometidos contra os agricultores locais por grandes empresas de mineração e projetos agrícolas (MARTINS; HEINZMANN, 2021; TAMERA, 2018).

A construção da comunidade de San José do Apartadó envolve a declaração do espaço enquanto zona neutra em meio aos conflitos locais, o que leva, inclusive, ao impedimento da entrada das partes envolvidas em conflitos, o que engloba o próprio exército nacional. Esse projeto se constitui como uma resposta altamente qualificada às seguidas repressões sofridas pela população campesina, gerando uma proposta com bases agrárias de resistência muito bem organizada. A comunidade possui regimento interno nomeado “Declaratória” a qual possui sete

artigos que garantem a proibição de armas, de envolvimento com os conflitos locais e o respeito à pluralidade (MARTINS; HEINZMANN, 2021; COURTHEYN, 2019).

A ideia que rege a comunidade envolve a criação de uma rede política e econômica capaz de garantir aos seus integrantes a proteção contra os atores dos conflitos colombianos, mas, também, propõe a segurança alimentar e educacional internamente. Este se trata de um tema sensível considerando as práticas de grupos paramilitares que atuam no boicote da comunidade a partir de saques e bloqueios, entretanto, o contato com organizações não-governamentais e entidades internacionais é fundamental na superação dessas barreiras. Em termos gerais, a solidariedade internacional tem sido uma grande aliada das Comunidades de Paz, sem as quais elas próprias reconhecem que não teriam sobrevivido (MARTINS; HEINZMANN, 2021; ALBUQUERQUE, s.d.).

As Comunidades de Paz são, portanto, expressões legítimas de resistência civil contra os atores armados. As comunidades de paz resistem em meio aos conflitos assumindo no processo uma posição de autodeterminação e luta que transcende o âmbito do conflito armado. Em outras palavras, a criação das comunidades de paz é, antes de tudo, um ato político determinado pelo reconhecimento dos próprios integrantes como sujeitos sociais dispostos a reivindicar a soberania de seus espaços vitais e o respeito aos seus processos e direitos fundamentais por parte da guerrilha e do Estado. As comunidades de paz demonstram ser uma fonte alternativa - quase utópica - de demonstração de autonomia frente aos desarranjos regionais (MARTINS; HEINZMANN, 2021; ALBUQUERQUE, s.d.).

4 APLICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

No contexto internacional, destaca-se a relação das comunidades de paz, para além da resistência e da construção da paz, com o sistema interamericano e seus mecanismos de proteção. Neste século, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) apresentou significativas medidas provisórias ao governo colombiano no que se refere à proteção das comunidades de paz. Em 2003, o ACNUDH considerou que as comunidades são iniciativas legítimas da sociedade civil que devem ser consideradas “zona humanitária”, equiparada à noção de “zona neutra” (MARTINS; HEINZMANN, 2021; CIDH, 2017; ACNUDH, 2003).

A ideia de uma “zona neutra” deve, essencialmente, ser aplicada em momentos de conflitos armados internacionais, ou seja, aqueles que envolvem, pelo menos, dois Estados. Como anteriormente explicitado, a situação na Colômbia é diferente uma vez que diz respeito a forças internas. Portanto, tendo em vista a situação em mãos, ainda que os civis que integram as comunidades gozarem dos direitos relativos ao DIH, as comunidades por si só não podem receber proteção específica (MARTINS; HEINZMANN, 2021).

Noutra banda, mesmo que essa declaração de neutralidade das comunidades do ponto de vista normativo seja demasiadamente frágil, o apoio de instituições internacionais e a própria prática de organizações internacionais fortalecem a argumentação a favor da implementação de instrumentos de proteção não apenas dos integrantes mas das comunidades enquanto projeto (MARTINS; HEINZMANN, 2021).

5 CONCLUSÃO

A partir da exposição dos dados coletados, percebe-se que a experiência das comunidades de paz pode ser um caminho extremamente bem-sucedido no enfrentamento aos conflitos armados. Tais projetos, além de almejar garantir o cumprimento dos direitos humanos, envolvem um processo de entendimento dos próprios integrantes enquanto seres políticos e agentes ativos dentro dos conflitos armados.

Todavia enriquecedoras, as comunidades de paz demonstram notória dependência de ONGs e outras instituições internacionais para a manutenção e enfrentamento aos obstáculos impostos pelos seus opositores. Aqui, portanto, enfatiza-se o papel altamente relevante do sistema interamericano como fonte de ações contundentes para a proteção das comunidades.

Cabe ressaltar a falta de bases no Direito Internacional para, de fato, buscar uma efetiva proteção desses projetos. Entretanto, mesmo que politicamente fracas, as determinações existentes e a práticas das organizações internacionais são importantes alicerces da atuação das comunidades de paz.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sérgio; BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARÃES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz; et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, p. 119–131, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100015>>. Acesso em 19 jan 2022.

ALBUQUERQUE. **Contexto y surgimiento de las comunidades de paz ¿Qué son?** [s. d.]. Disponível em: <<https://musol.org/hermanamientos/Alburquerque/contexto-y-surgimiento-de-las-comunidades-de-paz-que-son>>. Acesso em 24 jan 2022.

CNN BRASIL. **Violência policial no Brasil: uma pessoa negra é morta a cada quatro horas.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/violencia-policial-no-brasil-uma-pessoa-negra-e-morta-a-cada-quatro-horas/>>. Acesso em 19 jan 2022.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Medidas provisionales respecto de la república de Colombia.** 2017. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/apartado_se_10.pdf>. Acesso em 24 jan 2022.

COURTHEYN, Christopher. Territorios de paz: otras territorialidades en la Comunidad de Paz de San José de Apartadó, Colombia. **Territorios: Revista de estudios urbanos y regionales**. n. 40. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0123-84182019000100291>. Acesso em 24 jan 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Colômbia: Graves abusos da polícia contra manifestantes.** 2021. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2021/06/09/378873>>. Acesso em 17 jan 2022.

MARTINS, Amandha Jobim Machado; HEINZMANN, Letícia. **Comunidades de Paz e os conflitos armados na Colômbia: utopia em meio à violência?** *Cosmopolita*. 2021. Disponível em: <<https://www.cosmopolita.org/post/comunidades-de-paz-e-os-conflitos-armados-na-col%C3%B4mbia-utopia-em-meio-%C3%A0-viol%C3%Aancia>>. Acesso em 24 jan 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Oficina En Colombia del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. **Comunicado de Prensa sobre la Importancia del Principio Humanitario de Distinción en el Conflicto Armado Interno.** 2003. Disponível em: <<https://www.hchr.org.co/publico/comunicados/2003/cp0313.pdf>>. Acesso em 24 jan 2022.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 9(1): 43-52. 1997.

QUESADA, Juan Diego. **A violência policial se descontrola na Colômbia tomada por protestos, com 19 mortos e 800 feridos.** *El País Brasil*. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-05-04/a-violencia-policial-se-descontrola-na-colombia-tomada-por-protestos-com-20-mortos-e-800-feridos.html>>. Acesso em 10 jan 2022.

R7. **Repressão policial causou massacre em protestos na Colômbia.** 2021. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/repressao-policial-causou-massacre-em-protestos-na-colombia-13122021>>. Acesso em 17 jan 2022.

TAMERA. **Comunidade de paz de San José de Apartadó, Colômbia.** 2018. Disponível em: <<https://www.tamera.org/pt/comunidade-de-paz/>>. Acesso em 24 jan 2022.

PARCERIA SINO-RUSSA NO SÉCULO XXI: A COOPERAÇÃO COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO

Danilo Augusto da Silva Horta¹¹

RESUMO: Rússia e China possuem um relacionamento conturbado. Ao longo da história, e em especial ao longo do século XX, diversas foram as aproximações e os distanciamentos entre os dois atores. Apesar dos diversos problemas e conflitos político-ideológicos observados no século XX, desde os primeiros anos do século XXI estes países têm mantido relações de cooperação cada vez mais intensas, em especial porque há grandes convergências entre seus interesses de política externa. No que tange a Rússia, sua política externa no século XXI pode ser caracterizada a partir de 3 pontos: pela busca do desenvolvimento econômico; pela busca da modernização e influência militar e pela tentativa de dinamitar o poder ocidental (em especial da OTAN) na Ásia Central. No que tange a China, entendemos que sua política externa visa a manutenção de elevadas taxas de crescimento econômico; a maior inserção econômica, política e cultural do país no sistema internacional e diminuir o poder e influência ocidental (em especial dos Estados Unidos) na Ásia e na África. É a partir dessa compreensão que o presente artigo busca demonstrar e defender que a cooperação sino-russa é compreendida como benéfica por ambos os atores, visto que a parceria possibilita que os objetivos e interesses de cada Estado sejam alcançados com maior facilidade. Para atingir o objetivo deste trabalho, realizamos uma vasta revisão bibliográfica e coletamos alguns indicadores econômicos a fim de demonstrar a importância das relações bilaterais entre ambos os países e discorrer acerca das implicações dessa parceria para o sistema internacional.

Palavras-Chave: Política Externa; Rússia; China; Cooperação; Relações Bilaterais.

1 INTRODUÇÃO

A cooperação sino-russa é um dos principais fenômenos que se desenvolveram ao longo do século XXI. Apesar de longos períodos de distanciamento ou de um tímido relacionamento no século XX, a ascensão de Vladimir Putin à presidência da Federação Russa, em 2000, marca uma nova fase das relações bilaterais entre as duas principais potências asiáticas. Ocorre que, para versar sobre a importância da cooperação sino-russa no sistema internacional contemporâneo, faz-se necessário abordar o comportamento de outro ator, os Estados Unidos (EUA), responsável por criar condições e estimular o desenvolvimento da cooperação.

¹¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Assim, para atingir o objetivo deste artigo, buscamos, em primeiro lugar, explicitar o comportamento dos EUA no século XXI e suas imposições para os demais atores no sistema internacional contemporâneo e, em seguida, debatemos sobre o potencial transformador da cooperação sino-russa. Os resultados obtidos são apresentados nas seções posteriores. Para concluir este trabalho, realizamos um grande levantamento bibliográfico com revisão da literatura levantada e buscamos compreender alguns indicadores econômicos selecionados.

2 CONDICIONANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO SINO-RUSSA NO SÉCULO XXI

A cooperação sino-russa no século XXI só pode ser devidamente compreendida quando consideramos as transformações sofridas pelo sistema internacional na década de 1990. Após a queda da União Soviética em 1991, os Estados Unidos se tornam a potência hegemônica do sistema internacional, não havendo nenhum ator capaz de opor ou resistir às suas imposições ou interesses. Isso significa que, pela primeira vez desde o século XIX¹², uma potência ascendia à condição de hegemonia, instaurando a unipolaridade sistêmica. A instauração da unipolaridade sistêmica implicou em uma mudança nas relações existentes entre os atores e nas relações existentes no sistema internacional, tal como apontado por Waltz (2000, p. 28):

Now the United States is alone in the world. As nature abhors a vacuum, so international politics abhors unbalanced power. Faced with unbalanced power, some states try to increase their own strength or they ally with others to bring the international distribution of power into balance.

Assim como apontado por Waltz (2000), entendemos que em um sistema internacional unipolar, os atores interessados em assegurar sua posição sistêmica e/ou garantir sua segurança e capacidade de atingir seus interesses adotam essencialmente duas posturas distintas: a primeira delas é a de luta contra o aumento de capacidade de outros atores, isto é, busca-se impedir que outros atores aumentem suas capacidades e importância no sistema internacional; a segunda, por sua vez, é a busca por criar condições para superar a unipolaridade e diminuir as assimetrias de poder presentes no sistema internacional. Desta forma, no sistema internacional

¹² Considerando que a Inglaterra tenha exercido o papel de hegemonia após a queda de Napoleão.

contemporâneo, caracterizado pela hegemonia dos Estados Unidos, a primeira postura é adotada pelos EUA e a segunda pelos demais atores. De acordo com Mazat e Serrano (2012), caracterizando o comportamento dos EUA no sistema internacional contemporâneo (e exemplificando a “primeira opção”), entendemos que:

Na ausência de uma potência rival em âmbito global, a prioridade da estratégia do Estado Americano mudou para o enfraquecimento do poder dos países que aspiram ser potências regionais, especialmente - mas não apenas – aqueles que dispõem de armas nucleares (FIORI, 2004). O outro objetivo central da estratégia geopolítica americana é a tentativa de manter o controle do acesso às principais reservas mundiais de recursos energéticos. (MAZAT; SERRANO, 2012, p. 11).

Os Estados Unidos buscaram, desde sua ascensão enquanto potência hegemônica em 1991, impedir o surgimento de potências regionais capazes de desafiar sua hegemonia ao mesmo tempo em que buscava ter controle sobre os principais recursos energéticos do mundo, de maneira a manter a enorme assimetria de poder presente em um sistema internacional unipolar.

Na década de 1990, a estratégia geopolítica norte-americana impactaria, diretamente, a recém-nascida Federação Russa, que adotou uma política pró-ocidental e liberalizante em seus anos iniciais, e a China, que passa a ter que lidar com enormes pressões oriundas do ocidente.

Para impedir o desenvolvimento da Federação Russa e diminuir sua ameaça em relação ao ocidente, os Estados Unidos, utilizando-se da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE), buscou elevar sua influência e seu controle sobre a Ásia Central, especialmente em áreas que, historicamente, eram zonas de influência russa. Além de sua expansão geopolítica rumo a Eurásia (expansão que também afeta a China), os EUA passaram a usar diversos instrumentos para afetar os objetivos de política externa e o desenvolvimento econômico e militar da China e da Federação Russa.

Por este motivo, contrapor-se aos interesses norte-americanos se mostrou fundamental para que a China e a Federação Russa conseguissem atingir diversos de seus objetivos nacionais; por este motivo, ambas as potências passam, em pouco tempo após o final da guerra fria, a adotar a “segunda postura” descrita anteriormente. É nesse sentido que a atuação dos EUA no período pós-guerra fria gesta um ambiente propício para o desenvolvimento das relações sino-russas.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS DA RELAÇÃO SINO-RUSSA

Durante grande parte do século XX, a cooperação sino-russa não conseguiu se desenvolver. A tomada do Estado pelo Partido Comunista Chinês, em 1949, daria início a um primeiro momento de cooperação entre China e União Soviética, apesar de esta cooperação só ter durado cerca de 10 anos, visto que, no início da década de 1960, a China se afasta da URSS e, posteriormente, se aproxima dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais.

Após a queda da URSS, China e a surgida Federação Russa voltam a se relacionar timidamente. A tímida aproximação se dá, em especial, porque, na década de 1990 a China passa a ser atacada pelos EUA (que se utiliza de um discurso de proteção de direitos humanos para atacar a China em diversos âmbitos, o que acaba causando um distanciamento entre os dois atores) e a Federação Russa, governada por Boris Iéltsin, adota uma política pró-ocidental com o objetivo de se aproximar dos Estados Unidos e outras potências ocidentais – de forma que as políticas adotadas por cada uma das potências asiáticas iam em direções opostas. Devido a condução político-econômica diversa, poucos eram os interesses em comum existentes entre China e Rússia, fator este impeditivo de um avanço da cooperação entre as duas potências (KISSINGER, 2011; MAZAT; SERRANO, 2012).

Com a ascensão de Vladimir Putin à presidência da Federação Russa em 2000, as políticas pró-ocidentais e liberalizantes adotadas por Iéltsin foram substituídas por políticas de cunho nacional-desenvolvimentistas, preocupadas com a revitalização e desenvolvimento das capacidades econômicas e militares russas, e por políticas antiocidentais, visto a compreensão de Putin (e de grande parte da elite econômica e política russa) de que tanto os interesses americanos na Eurásia quanto a existência e proximidade da Organização do Atlântico Norte (OTAN) representavam um sério perigo e ameaçavam a soberania e interesses russos (ADAM; 2012; MAZAT; SERRANO; 2012).

Além das políticas nacionais-desenvolvimentistas e antiocidentais, a Federação Russa também adota uma política externa determinada pela busca da transformação da Rússia em uma potência e a busca pela multipolaridade sistêmica (ADAM, 2012; MAZAT; SERRANO, 2012). Tais objetivos de política externa foram expressões, pela primeira vez, em um documento,

ratificado em 2000, denominado “*The Foreign Policy Concept of the Russian Federation*” (RÚSSIA, 2000). É nesse quadro que, a partir do século XXI, a Federação Russa adota uma postura de busca constante pelo fortalecimento das relações com países orientais e não-ocidentais, em especial com potências asiáticas, tal como é o caso da China (ADAM, 2012).

A China, por sua vez, após começar a sofrer ataques por parte dos Estados Unidos, buscou fortalecer sua relação com grande parcela dos atores do sistema internacional, em especial, porque tal aproximação se mostrava fundamental para a manutenção do dinamismo econômico observado no país – grande parcela dos atores internacionais eram/são grandes demandantes de produtos chineses ou ofertantes dos produtos que a China demanda (ou ambos). Isso se mostra ainda mais relevante quando observamos que os ataques estadunidenses à China poderiam resultar em grandes perdas econômicas. O principal objetivo da China, no pós-1990, era assegurar a manutenção de seu intenso processo de desenvolvimento, diminuindo os efeitos que potenciais conflitos ou rixas poderiam causar à sua economia e importância internacional.

A busca por fortalecer o relacionamento com diversos atores no sistema internacional, fez com que a Federação Russa se tornasse crescentemente importante para a China, tanto porque a Rússia é uma grande produtora/vendedora de recursos energéticos basilares para a segurança energética chinesa, quanto porque a crescente demanda por produtos chineses na Federação Russa se mostra benéfica para a economia chinesa, constituindo uma importante fonte de estímulos ao desenvolvimento chinês, especialmente em um quadro de recessão econômica, como é o caso do pós-2008 (MANZI; VIOLA, 2020; CINTRA; PINTO, 2017).

A relação sino-russa encontra prosperidade tanto na busca de resistir e lutar contra as dificuldades surgidas com a hegemonia norte-americana, quanto por meio da convergência de interesses, em especial os políticos e econômicos.

No que tange a política e a diplomacia, as duas potências asiáticas vêm se aproximando desde os primeiros anos do século XXI; em 2001 há a assinatura do Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação por parte dos líderes de Estado de cada país e há a formação da Organização para a Cooperação de Xangai, importante organização securitária asiática, que se contrapõe claramente a OTAN (MAZAT; SERRANO, 2012). Em 2004 Putin resolve todas as disputas territoriais com a China e em 2005 ambos os estados ratificam um documento para versar sobre a ordem internacional e seus desafios contemporâneos, expressando congruência

de interesses e ideias - trata-se da Declaração Conjunta entre a Federação Russa e a República Popular da China sobre a ordem internacional no século XXI¹³ (MAZAT; SERRANO, 2012; BISSIO, 2017). Além disso, a cooperação sino-russa também avança em organizações multilaterais, tal como é o caso da ONU (tomada de posições conjuntas) e dos BRICS, cuja primeira reunião ocorre em 2006 e ganha força ao longo do período posterior (pelo menos até os problemas econômicos e políticos sofridos pelo Brasil) (ADAM, 2012; BISSIO, 2017). Na segunda década do século XXI, a cooperação sino-russa aumenta: em 2013 Xi Jinping tem a Rússia como primeiro Estado a ser visitado; a Rússia passa a ter papel central na Nova Rota da Seda e, após a invasão da Crimeia em 2014 e as retaliações o ocidente, a Rússia se volta ainda mais para o fortalecimento do relacionamento com a China (ALVARES; PADULA, 2020).

Em termos econômicos, no século XXI, a cooperação existente entre China e Rússia vem crescendo de maneira expressiva, sendo cada vez maior a importância da cooperação econômica sino-russa para a economia de cada um dos parceiros comerciais. Em 2000 a China comprou 4,52% das exportações totais russas e participou de 4,62% das importações realizadas pela Federação; em 2020 esses números eram, respectivamente 14,3% e 19,8%. (OEC, 2022).

Nesse sentido, entendemos que a cooperação existente entre China e Rússia ocorre por dois motivos. O primeiro deles decorre de uma consequência da unipolaridade existente no sistema internacional; como as assimetrias de poder entre os Estados Unidos e os demais atores no sistema internacional são enormes, existe um forte incentivo para o desenvolvimento de parcerias que visem diminuir as assimetrias de poder existentes e assegurem capacidade de alguns atores (no caso China e Federação Russa) resistirem as imposições e interesses da potência que exerce hegemonia – isto é dos EUA. O segundo deles decorre de aspectos conjunturais: os objetivos políticos, econômicos e securitários de ambos os países são potencializados pela cooperação. Neste sentido, a cooperação é entendida como um instrumento estratégico capaz de potencializar as capacidades de cada potência, sendo que tal instrumento vem se desenvolvendo desde os primeiros anos de 2000 e pode ter grandes consequências para o sistema internacional.

REFERÊNCIAS:

¹³ Joint Statement on the International Order of the 21st Century em inglês.

ADAM, G.P. (2012); A Rússia como grande potência e a parceria estratégica com a China. In: ALVES, A.G. (ORG). **O renascimento de uma potência?: a Rússia no século XXI**. Brasília: Ipea, 2012.

ALVARES, T; PADULA, R. A parceria sino-russa e a disputa pela Eurásia: imperativos geopolíticos e alianças conjunturais pelo controle do continente basilar. **Geosul**, Flórianópolis, v. 35 n.77, p- 196-222, dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/78224>>. Acesso dia 21 de jan. de 2022.

BISSIO, B. (2017). Novos cenários geopolíticos: A aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia. Passagens: **Revista Internacional De História Política E Cultura Jurídica**, 9(3), 532-553. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/45979>>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C.. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Rev. Econ. Política.**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 381-400, Junho 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572017000200381&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de Jan. de 2022.

FIORI, J. L. O poder dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: Fiori (ORG.) **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MANZI, R. H. D., & VIOLA, E. (2020). A desaceleração da economia da China e a transição para um “novo normal” no século 21. **Carta Internacional**, 15(2). <<https://doi.org/10.21530/ci.v15n2.2020.1018>>. Acesso em: 21 de jan. de 2022.

MAZAT N.; SERRANO, F. (2012); A geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: Vulnerabilidade, cooperação e conflito. In: ALVES, A.G. (ORG). **O renascimento de uma potência?: a Rússia no século XXI**. Brasília: Ipea, 2012.

OECD WORD. **RUSSIA**. 2021. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/rus?yearSelector1=exportGrowthYear25>>. Acesso em 22 de jan. de 2022.

RÚSSIA. (2000). **The foreign policy concept of the Russian Federation**. Disponível em: <<https://nuke.fas.org/guide/russia/doctrine/econcept.htm>>. Acesso em: 23 de jan. de 2022.

WALTZ, K. (2000). Structural Realism after the Cold War. In: **International Security** vol. 25. No. 1, p. 5-41. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2626772>>. Acesso em: 24 de jan. de 2022.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES CURDAS EM GUERRILHAS E OS REFLEXOS SOBRE UMA REVOLUÇÃO EM CURSO

Andressa Gabriela de Lima Pimenta¹⁴
Stéfani Pires e Silva¹⁵

RESUMO: Marcada pela instabilidade de conflitos, a região do Curdistão revela a luta de mulheres curdas que buscam pela ruptura de uma sociedade miliciana com bases conservadoras e machistas. O presente trabalho possui como finalidade verificar a participação feminina no âmbito militar e político, contra o fundamentalismo do Estado Islâmico e em luta pelo centralismo democrático e pelos movimentos libertários na região curda. Para analisar como a auto-organização feminina é desempenhada na região, busca-se observar a partir de uma revisão bibliográfica, como as mulheres desempenham uma atividade social e qual o processo que está levando a tentativa de formação de um Exército Feminino. Busca-se verificar em um primeiro momento, o contexto histórico da região, para posteriormente analisar qual o papel das organizações revolucionárias no processo de libertação das mulheres e destruição do patriarcado. Assim, o que infere-se deste trabalho até o momento, é que a partir de uma organização centralizada em conjunto com a comunidade do Curdistão, houve uma ampla participação feminina nos setores militares, em associações, comitês e coletivos políticos, visando criar um projeto político de emancipação radical.

Palavras-chave: Feminismo; Guerrilhas; Oriente Médio.

1 INTRODUÇÃO

Comumente, em toda história da humanidade, os principais episódios de conflitos militares se deram em uma relação restrita ao universo masculino. Quando nos referimos à uma resolução destes mesmos conflitos, alguns desafios também se fazem presentes no reconhecimento da atuação das mulheres na construção da paz e segurança. De acordo com a historiadora estadunidense Joan Scott (1986), a referência de participação feminina está geralmente ligada às vítimas do conflito, sendo muitas vezes marginalizadas nos assuntos que tangem a política, conflitos e meios diplomáticos e ainda por cima, sofrendo abusos sexuais e

¹⁴ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), membra da Diretoria Acadêmica do Clube de Simulações Osvaldo Aranha (CSOA) e Pesquisadora do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDESI/UFU).

¹⁵ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), voluntário no Núcleo Estudantil Feminista de Relações Internacionais (NEFRI) e Pesquisadora pelo Observatório de Políticas Públicas (OPP/UFU).

sendo manipuladas para atuarem como armas de guerra.

O que se apresenta é uma perspectiva de que as mulheres são levadas a uma posição vulnerável de uma inferioridade estereotipada, enquanto os “*senhores da guerra*” são ressaltados como um símbolo de força, proteção e coragem (PACHECO, 2008). Ao escrever “*Bananas, Beaches and Bases*”, a escritora e teórica feminista Cynthia Enloe (1989) indentifica em seu livro as questões que *generificam* as relações de poder nos temas de segurança e política internacional. Em sua obra, a autora explica sobre o papel das mulheres em relação às bases militares, presentes em outros países, e como a chegada a um novo acampamento militar passa por um processo de aceitação dos demais soldados.

Contrapondo-se a ideia de que apenas homens possuem um papel decisivo no âmbito militar e político, é extremamente importante ressaltar o impacto que a luta de mulheres combatentes contra o Estado Islâmico tem sido desempenhado nos últimos anos, principalmente na Síria, na região curda politicamente autônoma, conhecida também por Rojava, uma parte do Curdistão. Em um primeiro momento, torna-se necessário destacar alguns pontos acerca da região que nos ajudarão a compreender melhor a complexidade dos conflitos.

Formado a partir de quatro regiões principais, o Curdistão é composto geograficamente por montanhas de grandes altitudes, como a Cordilheira de Zagros e parte dos montes Tauro e Hamrin. Apesar da região não ter acesso à mares, importantes lagos históricos, como os rios Tigres e Eufrates, correm por boa parte do território curdo. Assim, presentes em quatro Estados-Nacionais, há cerca de 11 a 25 milhões de curdos na Turquia; entre 6 e 10 milhões estão no Irã; entre 6 e 8 milhões de curdos presentes no Iraque e cerca de 2 a 3 milhões de curdos vivendo em território sírio (FERRAZ, 2017), região analisada neste trabalho.

Sendo ainda a maior nação sem Estado do mundo, o Curdistão ainda possui um tipo de organização social que difere dos modelos defendidos e impostos pelo ocidente. Considerando os aspectos que orientam a estrutura organizacional de uma sociedade, podemos destacar dois elementos que caracterizam os aspectos sociais da região: o *tribal* e *matriarcal*. Tendo raízes ancestrais e de clãs, os curdos se organizam de forma descentralizada ao redor de agrupamentos de tribos, com uma base consolidada e internamente hierárquica. Já em relação à questão de gênero, ao contrário do que se pensa, as mulheres assumem um papel fundamental na região, tanto liderando tribos como movimentos de lutas armadas. Contudo, essa ampla participação

feminina na sociedade em contraste com tradições ancestrais (como casamentos arranjados e dotes de noivas), se deu a partir de uma longa e complexa luta da parte militante feminina, e do *Confederalismo Democrático*, defendido por Abdullah Öcalan (FERRAZ, 2017) que também será tratado no presente trabalho.

2 OBJETIVOS

Considerando o contexto exposto acima, entendemos a importância da discussão acerca da participação de mulheres frente às questões políticas e militares na região de Rojava, uma vez que mesmo presente em uma sociedade machista e conservadora, existem indivíduos lutando contra a milícia fundamentalista, contra o patriarcado e a exploração externa na região.

3 METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, torna-se essencial a discussão, a partir de uma revisão bibliográfica, de quais as implicações que o Confederalismo Democrático, defendido por Abdullah Öcalan, desempenhou no processo de libertação da mulher e quais movimentos foram sendo formados a partir de uma base ideológica. A seguir, é importante entender o papel que as discussões sobre a questão de gênero e o feminismo curdo possuem no processo de rompimento do patriarcado e do capitalismo, principalmente no momento em que as mulheres inserem-se no debate político e militar da região. Para a discussão, foram utilizados artigos científicos, relatos, livros e dissertações acerca do tema.

4 DESENVOLVIMENTO

Um modelo econômico e político alternativo possibilitou que valores revolucionários e matriarcais fossem debatidos para combater a exploração capitalista externa na região. O *Confederalismo Democrático*, baseado em valores comunais através de uma abordagem marxista-leninista, é construído por uma autonomia democrática, pautado na proteção de elementos que valorizam a ética social e a convivência em sociedade. Em defesa dos

movimentos de libertação nacional, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) inicialmente, tinha o entendimento de que a criação de um Estado independente traria fim à exploração, violência e opressão. Contudo, sob a liderança de Abdullah Öcalan no final da década de 90 em conjunto com o partido, articula uma estrutura política e social diferente do que já proposto pelo ocidente: um sistema baseado na libertação das mulheres, na ecologia, em uma democracia de base e sem Estado (FERRAZ, 2017).

Tendo compreendido a formação política, vale neste momento destacar o movimento feminino e como este se constrói, ganhando força ao longo do processo. É por meio da participação na luta armada que as mulheres curdas ganham destaque, todavia, este processo passa a ir além do âmbito militar e inicia-se assim, a organização em uma esfera política-social (AMOROSI, 2019). Ao encontrarem com determinada resistência à participação feminina no PKK, especialmente no que diz respeito à luta armada, as mulheres compreendem e iniciam sua organização para reivindicar suas demandas dentro e fora do Partido. Dando início em 1987, através da criação do que seria a primeira organização de mulheres curdas, conhecida como a União das Mulheres Patrióticas do Curdistão, tinha como propósito a luta pela emancipação das mulheres curdas. Todavia, é a partir da década de 90 que o movimento feminino passa a levantar discussões no que tange os papéis que eram conferidos às mulheres naquele contexto, desta forma, também dentro do partido, as mulheres se organizam cada vez mais, reivindicando e garantindo a participação feminina nos processos decisórios (MATOS; SIMÕES, 2019).

Além disso, entre 1993 e 1995, nasce a União das Mulheres Livres do Curdistão, também conhecida por *YAJK – Yekîtiya Azadiya Jinên Kurdistan*, sendo um projeto militar independente do partido e o primeiro batalhão independente de mulheres. Ainda, cabe ressaltar as guerrilhas que foram organizadas por mulheres curdas, sendo que através dessas é que há o destaque das mulheres na luta armada. Ademais, em 2005 surge uma organização com maior amplitude, conhecida como Comunidade de Mulheres Curdas, que reuniu não somente as mulheres de Rojava, mas também, mulheres e suas respectivas organizações de todas as partes do Curdistão, composta por qualquer indivíduo que tivesse como pauta e objetivo findar o patriarcado e as opressões causadas pelo capitalismo (MATOS; SIMÕES, 2019).

Nesse sentido, toda essa operação aqui brevemente resumida, refletiu no PKK e em seus objetivos, que passou a ter uma nova perspectiva diante do movimento de libertação das

mulheres curdas, já que este se desenvolveu na luta pela independência do povo curdo. Pois, a partir da participação feminina o povo curdo compreende que o patriarcado e capitalismo estão interligados, e para que a liberdade seja alcançada a luta anticapitalista que vai além da concepção de Estado é necessária. Dessa forma, o *Confederalismo democrático* vem a ser mais profundamente elaborado em 2005, passando a ser compreendido com uma concepção de liberdade democrática, afora do que se concebe enquanto um sistema parlamentar, mas tendo como base a participação efetiva do povo, e também a liberdade ecológica e de gênero (AMOROSI, 2019). Visto que, de acordo com Abdullah Öcalan, a liberdade do povo curdo só pode ser alcançada, a partir do momento que as mulheres curdas sejam livres também (MATOS; SIMÕES, 2019).

É neste cenário de independetismo curdo que as mulheres se destacam, operando de maneira ativa e tomando posse da igualdade de gênero que é de fato concretizada por meio da Constituição de 2013, além de contarem com o YPJ, que se trata da Força de Defesa das Mulheres, sendo de suma importância para o enfrentamento do Estado Islâmico, fator que será melhor elucidado a frente (AMOROSI, 2019).

Foi durante os anos de 2013 e 2014 que a intensificação de conflitos gerada pela presença do Estado Islâmico em Rojava acabou despertando ainda mais a participação de mulheres na linha de frente do campo de batalha. Apesar do destaque que as guerrilhas femininas tiveram em toda história do povo curdo, houveram grandes desafios a serem superados, principalmente quando estas guerrilhas eram ameaçadas pelas masculinas, alegando uma falta de preparo ou a incapacidade física de lidar com os acontecimentos no campo de batalha. Assim, a medida em que as mulheres curdas foram sendo representadas em importantes missões e políticas afirmativas promovidas pelo PKK foram sendo implementadas, houve um crescimento pelo respeito à liderança feminina (MOREIRA, 2019 *apud* HANER; CULLEN; BENSON, 2019).

Desafiando as forças patriarcais que ainda rodeavam o PKK, foi a participação feminina que garantiu o controle sob os riscos à organização guerrilheira de se tornarem em esquadrões paramilitares, conforme a intensificação da guerra curda se tornava cada vez mais crítica. Além disso, também foram essenciais na proteção de mulheres contra homens que ameaçavam romper com o sigilo de informações entre líderes que detinham o absoluto controle das

guerrilhas e armamentos, denunciando os abusos de poder e estabelecendo relações com a população local (MOREIRA, 2019 *apud* HANER; CULLEN; BENSON, 2019).

5 RESULTADOS PARCIAIS/FINAIS

Conforme as informações expostas acima, é possível concluir, parcialmente, que as mulheres curdas estando em um contexto de violência, reproduzida pelas dinâmicas da sociedade curda que permitia o silenciamento através dos homens, além da agressão física extremamente cruel sofrida por meio das tropas turcas que tinham o estupro como uma arma de guerra, já não visulizavam mais meios para lutar contra um povo tradicionalmente patriarcal. Todavia, por meio da luta armada, um espaço que para as concepções tradicionais de gênero não seria feminino, conseguem de forma eficiente demonstrar suas capacidades e mediante isso provar que a luta por emancipação política é intrínseca à luta social feminina (AMOROSI, 2019).

REFERÊNCIAS

AMOROSI, Lucia. Militância política e relações de gênero: o caso das mulheres militantes no Curdistão. **Cadernos Pagu**, Campinas: Scielo Brasil, p. 1-34, 7 fev. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/rRvFLW4MzNKNrvJLxt7WjJJ/?lang=>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BROCK-UTNE, B. 2009. **A gender perspective on peace education and the work for peace**. International Review of Education, p. 205-220.

ENLOE, C. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. 2 ed.. Berkeley: University of California Press, 2014.

FERRAZ, P. **A Revolução Ignorada: liberação da mulher, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio**. 2017. Autonomia Literária. 2 ed. São Paulo, 2017.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SIMÕES, Ana Clara Abrantes. **Anticapitalismo e feminismo nos processos de subjetivação e libertação em Rojava (Curdistão Sírio)**. Debates Actuales de la Teoría Política Contemporánea, Mar Del Plata, 9 nov. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40861897/Anticapitalismo_e_feminismo_nos_processos_de_subjetiva%C3%A7%C3%A3o_e_libera%C3%A7%C3%A3o_em_Rojava_Curdist%C3%A3o_S%C3%ADrio_1?from=cover_page. Acesso em: 20 jan. 2022.

MOREIRA, V. S. **O experimento de Rojava como politização do internacional e do feminismo**. Orientador: Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão. 2019. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciência Milton Santos,

Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PACHECO, M. L. P. **A participação das mulheres no processo de paz: uma perspectiva de gênero à luz da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança.** Orientador: Sofia José Figueira Santos. 2018. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

SCOTT, J. W.. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis.** The American Historical Review. 1986, p. 1053-1075.



**THE IMPORTANCE OF MILITARY MODERNIZATION FOR RUSSIAN
FOREIGN POLICY IN THE PUTIN'S ERA**

FERREIRA, Álvaro Manchon¹⁶
HORTA, Danilo Augusto da Silva¹⁷

ABSTRACT: The Russian Federation since the beginning of the 21st century, under the successive governments of Vladimir Putin, has been seeking to regain the power and influence that the Soviet Union had within the International System. This intention to rise as one of the main world powers makes the country undergo an active foreign policy, targeted at said goal and that can be mainly characterized by its endeavor for social development, economic revitalization and also by programs of military modernization. The objective of the present paper is to understand and analyze the importance of the military modernization programs for said Russian project - the reestablishment of its former position as a superpower, through modernization of the domestic economy. The latter part being vital for understanding the way in which Russia is inserted in the International System and the global market. Our main hypothesis is that military modernization is vital to the development and renewal of the Russian economic structures for two reasons: First, it enables Russia to control the hydrocarbon market (natural gas and oil) in both Asia and Europe, through its diplomatic dominance and political influence over Central Asian countries that could be its competitors. Secondly, it facilitates economic modernization, as technology produced in the military sphere can also be structured for civilian purposes (dual use technology). To achieve the proposed objective, we will use both literature review and analysis of economic and military indicators, such as spending on defense, infrastructure, and trade balance, among others.

Keywords: Foreign Policy; Russia; Military Modernization; Social-Economic Development; Military Technology.

1 INTRODUCTION

The process of economic and military modernization in the Russian Federation is a direct result of its previous history: the dissolution of the USSR in the early 1990s and the rise of a pro-Western and liberal government led by Boris Yeltsin. With the demise of the former socialist power, Russia - the largest and most important of the constituent republics - became its successor state, assuming all future financial commitments and debts already incurred

¹⁶ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Contato: alvaro_manchon@hotmail.com.

¹⁷ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Contato: danilosilvahorta@gmail.com

(BHATTACHARYYA, 2020).

Militarily, however, Russian capabilities were inferior to those of its predecessor, the number of its armed forces was a third smaller and the country had at its disposal forty percent less military equipment than the Soviet Union at the time of its dissolution. Even so, Russia was already emerging as a military power, including the entire former Soviet nuclear arsenal (BHATTACHARYYA, 2020).

During its first decade of existence, Russia went through serious economic and political crises, as a result of the neoliberal economic approach of “shock therapy” adopted by the then president, Boris Yeltsin. Between 1992 and 1998, Russian GDP shrank from US\$1.161 trillion to US\$666.8 billion¹⁸, there were also extensive cuts in social programs and government aid, causing an increase in poverty and social inequality. Amidst such a scenario of socio-economic calamity, the Republic of Chechnya unilaterally declared its independence, starting an armed conflict that lasted for 15 years (KLEIN, 2007; SEGRILLO, 2012; BAEV, 2018).

It is in the midst of this chaotic scenario, marked by the effects of a serious economic recession, a domestic armed conflict, the weakening power of the Russian State and a huge loss of geopolitical importance that the then Prime Minister, Vladimir Putin, assumes the presidency of the Russian Federation on an interim basis on 1 January 2000, following the resignation of Boris Yeltsin on New Year's Eve (ADAM, 2012).

2 PUTIN'S FOREIGN POLICY

Putin drastically altered the course of Russian foreign policy, adopting a more pragmatic stance and abandoning the more pro-Western perspectives, which had been prevalent during the 1990s. This new foreign policy seeks the rise of Russia as a great power and, mainly, a deep alteration in the International System, from an unipolar order, to a multipolar one (TSYGANKOV, 2005).

In this new context, the so-called national interests, especially in the security and economic fields, began to guide the debate about the directions of the country's diplomacy,

¹⁸ The value of the Gross Domestic Product is in dollars at constant 2015 prices. Source: Word Bank Data

with the understanding that the existence of the Russian Federation as a unified State permeates the unalteration of the condition of great power. Aiming to achieve these objectives, while seeking to prevent its complete diplomatic, strategic and military isolation, Russia began a process of expanding its bilateral cooperation mechanisms, especially with the former Soviet republics, in the economic, security and political fields (TSYGANKOV, 2005).

The reorganization of Russian national interests in the midst of a largely unipolar system led by the United States, led to a scenario of confrontation, especially with regard to the so-called “post-Soviet space” and the “Russian near abroad” (SILVA, 2010).

This scenario began in the 1990s, first with NATO's military interventions in the conflicts in Yugoslavia, first in Bosnia and Herzegovina (1995), during the Bosnian War, and then in Serbia (1999), during Kosovo’s War. Then, through successive rounds of expansion of the alliance, which came to encompass some of the former socialist countries, both formerly members of the Warsaw Pact and even constituent republics of the late Soviet Union (TSYGANKOV, 2015).

Finally, the possible process of Georgia and Ukraine's entry into NATO triggered off, the Georgian War (2008) and the Russian Intervention in Ukraine (2014-), which started with the seizure of the Crimean peninsula by the Russian Federation and Russian support to separatist movements in the Donbass region of eastern Ukraine (SILVA, 2010; FERREIRA, 2021).

3 MATERIAL BASES OF RUSSIAN MILITARY POWER IN THE 21TH CENTURY

The 1990s saw a strong process of de-industrialization of the Russian economy, posing enormous barriers to the development, growth and modernization of Russian military power in the 21st century, in addition to directly weakening the geopolitical position and diminishing its capabilities. As described by Aaron (2008, p 134-5):

One of the first acts of the Yeltsin-Gaidar government in January 1992 was an 80 percent cut in defense spending from at least 25 percent of GDP to under 5 percent. By 1999, the outlays were further reduced to 2.3 percent of GDP—less than one-tenth of the Soviet level. Between January 1992 and January 1998, the armed forces were slashed by more than half, from 2.7 million troops to 1.2 million. After his reelection in 1996, Yeltsin ordered the retirement of 500 generals from the immensely bloated field officer corps. The government proclaimed its major goal of

transitioning to a 600,000 member professional volunteer military by the year 2000, though it lacked the money to implement the reform. The foundation of the Soviet Union’s military might—its enormous strategic nuclear arsenal—was reduced just as decisively.

To get around this situation, the Russian government adopted an import substitution process, aiming to restore Russian military power and causing several Russian military industries to expand and develop throughout the 21st century. Since the development and strengthening of national defense industries is extremely strategic for the Russian Federation. This was made possible firstly due to the decrease in dependence on foreign companies and states, and secondly, due to the increase in foreign exchange capacity, through rising exports figures.

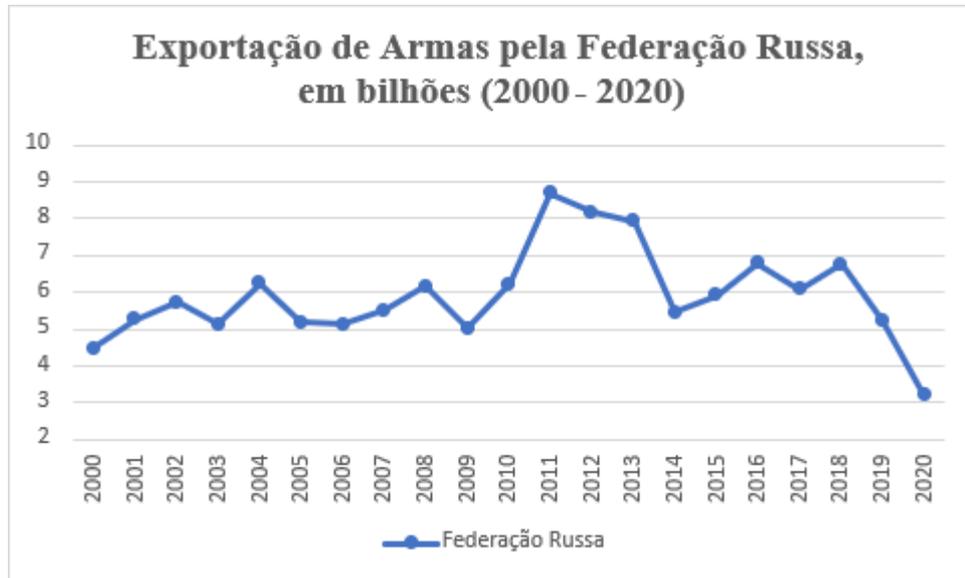
In this sense, we have that Russian military modernization occurs from several fronts, of which we can describe the quest for the creation of a developed military complex and the modernization (and expansion) of its military forces. Both being carried out through increased public spending, those in turn being allowed by the surpluses obtained in the trade balance, itself extremely dependent on hydrocarbon exports.

Graph 1: Number of Russian Warfare Companies in SIPRI's Top 100 Arms Selling Companies



Source: SIPRI Database, construído pelos autores.

Graph 2: Arms Exports by the Russian Federation in billions (2000 - 2020)



Source: World Bank data, construído pelos autores.

4 CONCLUSION

The search for the development and international insertion of Russia as a superpower in the international system goes directly against the interest of the United States in defending its hegemony. So that the actions carried out by the Federation face several challenges, occurring from the resistance and opposition to various interests of the other world powers. Due to the processes of deindustrialization, demilitarization and the increase in foreign debt observed throughout the 1990s, in the 21st century, the Russian Federation led by Putin-Medvedev adopts a policy of import substitution to achieve its goals of development and international insertion.

However, this policy is extremely dependent on hydrocarbon exports (especially oil and natural gas), in a system in which the US geopolitical strategy includes the control of energy resources around the world. To protect its main source of foreign exchange - which enables the process of economic development - the strengthening of Russian military capacity, which includes the expansion and modernization of its military apparatus, then becomes extremely important.

Russian military modernization, in addition to serving the country's basic security interests, is also used as a way of enhancing its economic development, so that the stimulus to

the defense industrial-complex allows the national military apparatus to develop without depending on foreigners, in addition to arms exports being a source of attracting economic resources from abroad. It is by observing this framework that we argue that military modernization and Russian economic development are directly connected.

REFERENCES

ADAM, G.P. (2012); A Rússia como grande potência e a parceria estratégica com a China. In: ALVES, A.G. (ORG). **O renascimento de uma potência?: a Rússia no século XXI** Brasília: Ipea, 2012.

ARON, Leon. **Was Liberty Really Bad for Russia?** (Part II). 2007. Disponível em: <https://www.aei.org/research-products/report/was-liberty-really-bad-for-russia-2/>. Acesso em: 24 de jan.. 2022.

BAEV, Pavel K.. **From Chechnya to Syria: The Evolution of Russia's Counter-Terrorist Policy.** *Russie.nei.visions*, Paris, n. 107, p.5-33, abr. 2018. Disponível em: https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/baev_counter_terrorist_policy_2018.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

BHATTACHARYYA, Sambit. The Rise of China, India, and Russia: The Building Blocks of a New International System. In: BHATTACHARYYA, Sambit. **A History of Global Capitalism: Feuding Elites and Imperial Expansion.** Brighton: Springer Nature Switzerland Ag, 2020. p. 159-174.

FERREIRA, Álvaro Manchon. **O Serviço Federal de Segurança (FSB) russo e a guerra híbrida: o caso da Ucrânia.** 2021. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/32795/1/Servi%c3%a7oFederalSeguran%c3%a7a.pdf>. Acesso em: 24 de jan. 2022.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism.** Nova York: Metropolitan Books, 2007

SEGRILLO, Angelo. O Fim da URSS. In: SEGRILLO, Angelo. **Os Russos.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 312-323.

SILVA, Leandro Pignatari. A vitória do realismo defensivo na nova doutrina de política externa russa. **Revista InterAção**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 148-158, jul. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/issue/view/693>. Acesso em: 24 de jan. 2022.

SIPRI (org.). **Data for the SIPRI Top 100 for 2002–18.** SIPRI Arms Industry Database. 2019. Disponível em: <https://sipri.org/databases/armsindustry>. Acesso em: 24 jan. 2022.

TSYGANKOV, Andrei P. Vladimir Putin's Vision of Russia as a Normal Great Power. **Post-Soviet**

Affairs, v. 21, n. 2, p. 132-158, jan. 2005.

WORLD BANK (org.). **Russian Federation**. 2022. Disponível em:
<https://data.worldbank.org/country/russian-federation?view=chart>. Acesso em: 24 de jan. 2022.



2 PAINÉIS DE PÓS-GRADUAÇÃO

2.1 Os movimentos feministas e o protagonismo feminino na nova constituinte chilena

2.2 Prostituição e imigração: o caso das venezuelanas no Brasil



OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E O PROTAGONISMO FEMININO NA NOVA CONSTITUINTE CHILENA

Bibiana Terra¹⁹

RESUMO: Em novembro de 2019, após passar por quase um ano de inúmeros protestos sociais, o Chile decidiu pela abertura de uma nova Assembleia Constituinte em seu país. Para tanto, em 2020 foi realizado um plebiscito e o resultado foi de que quase 80% dos votantes apoiavam que uma nova Constituição chilena fosse escrita. A partir dessa decisão, muitas mulheres decidiram se candidatar para as eleições da constituinte, com a intenção de que suas demandas fossem discutidas durante a elaboração do novo texto constitucional. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a paridade de gênero na nova constituinte do Chile, que é a primeira Assembleia Constituinte do mundo a contar com essa paridade. Nesse sentido, o trabalho busca analisar a influência das feministas e o protagonismo feminino no processo constituinte chileno, sendo que parte da compreensão de que os movimentos de mulheres e feministas chilenos tem influenciado bastante nessas discussões. Para a sua realização é utilizada como metodologia a pesquisa de natureza exploratória, por meio de adoção do método bibliográfico, vez que este diz respeito à parte dedicada à contextualização teórica do problema e a sua relação com o que já tem sido investigado a seu respeito. O texto constitucional chileno ainda não está pronto, sendo que o mesmo segue sendo redigido pelos constituintes e tem previsão de término para 2022, quando o país então terá uma nova Carta Magna, elaborada de maneira paritária por homens e mulheres chilenos. Diante disso, o trabalho traz como resultados preliminares que o protagonismo feminino na elaboração da nova Constituição chilena é resultado das manifestações dos movimentos de mulheres e feministas no país que vem, nos últimos anos, ganhando campo e reivindicando pelos seus direitos e por uma participação igualitária na política.

Palavras-chave: Paridade de gênero; Assembleia Constituinte; Chile.

1 INTRODUÇÃO

Em novembro de 2019, após passar por quase um ano de inúmeros protestos sociais que levaram multidões às ruas, o Chile decidiu pela abertura de uma nova Assembleia Constituinte em seu país. Para tanto, em 2020 foi realizado um plebiscito e o resultado foi de que quase 80% dos votantes apoiavam que uma nova Constituição chilena fosse escrita (SERRANO, 2021). A

¹⁹ Mestra em Direito, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia, na Linha de Pesquisa Relações Sociais e Democracia, pela Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Uma das organizadoras da obra “Diálogos de Gênero: Perspectivas Contemporâneas”. Professora na Escola Mineira de Direito (EMD) no curso de pós-graduação em Direitos Humanos e Interseccionalidades. Advogada (OAB/MG). E-mail: bibianaterra@yahoo.com

partir dessa decisão, muitas mulheres decidiram se candidatar para as eleições da constituinte, com a intenção de que suas demandas fossem discutidas durante a elaboração do novo texto constitucional (LEITE, 2021).

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a paridade de gênero na nova constituinte do Chile, que é a primeira Assembleia Constituinte do mundo a contar com essa paridade. Nesse sentido, o trabalho busca analisar a influência das feministas e o protagonismo feminino no processo constituinte chileno, sendo que parte da compreensão de que os movimentos de mulheres e feministas chilenos tem influenciado bastante nessas discussões. Assim, é notável o protagonismo feminino na elaboração do novo texto constitucional do país e a relevância de se estudar essa temática.

A sua realização justifica-se pela importância que é inerente aos estudos que versem quanto a temática da igualdade de gênero, bem como pela necessidade de trabalhos que discutam este direito frente as questões específicas que lhe são concernentes. Além disso, o trabalho é extremamente atual, visto que o processo constituinte do Chile segue em discussão e se desenvolvendo (com fim previsto apenas para o segundo semestre de 2022) e, assim, pesquisas que o discutam são necessárias.

Para a sua realização é utilizada como metodologia a pesquisa de natureza exploratória, por meio de adoção do método bibliográfico, vez que este diz respeito à parte dedicada à contextualização teórica do problema e a sua relação com o que já tem sido investigado a seu respeito. Cabe ressaltar que o presente trabalho se utiliza principalmente de fontes da imprensa digital e páginas da *web*, justamente por abordar uma temática ainda bastante recente.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A região da América Latina, na segunda metade do século XX, passou por um período de instauração de regimes autoritários, marcados pela violação dos direitos humanos, pelo autoritarismo e declínio das garantias constitucionais até então firmadas. Posteriormente, com a dissolução desses governos, os países latino-americanos passaram a experimentar a redemocratização, sendo que essa volta da democracia teve como característica fundamental a elaboração de novas Constituições. Nesse sentido, na América Latina, os textos constitucionais

que passaram a ser adotados depois do fim dos regimes ditatoriais foram marcados pelo avanço dos direitos sociais (AVRITZER, 2017).

No que diz respeito especificamente ao Chile, a nova Constituição do país, que passou a ser elaborada em 2021 e vem para romper com a ditadura de Pinochet, será a primeira a ser redigida através de um processo totalmente democrático e com equilíbrio na participação de homens e mulheres, ou seja, uma constituinte paritária. O novo texto constitucional chileno, que deve ser concluído em 2022, substituirá a atual Constituição, que foi criada no regime ditatorial de Pinochet (1973-1990) e será um dos marcos mais importantes em trinta anos de democracia chilena (CRAVEIRO, 2021).

Para ocupar a presidência da Assembleia Constituinte foi eleita a deputada Elisa Loncón, que, assim, será a responsável em conduzir os trabalhos para a redação da nova Constituição do Chile.²⁰ Além de ser uma mulher, o que representa o protagonismo feminino na constituinte, ela é uma das representantes dos povos originários chilenos, uma mulher *mapuche*. Conforme a mesma relatou em entrevistas para jornais, o seu objetivo é elaborar uma Carta Magna plural e que respeite os povos originários chilenos e suas existências. Além disso, ela destacou a importância do papel desempenhado pelas mulheres chilenas na reconstrução do país (CRAVEIRO, 2021).

Nesse sentido, no que diz respeito ao protagonismo feminino na constituinte chilena, essa pode ser considerada uma das maiores conquistas da “maré violeta” – nome que ficou conhecido das ondas de protestos feministas que tomou as ruas do Chile entre 2019 e 2020. As mulheres chilenas, junto aos movimentos feministas que ganham cada vez mais espaço no contexto latino-americano, reivindicavam por um país que fosse mais igualitário, diverso e democrático, pelo fim dos feminicídios, da sub-representação política feminina e das violências contra as mulheres (EL PAÍS, 2021).

O Chile vive um momento ímpar de transformação social, iniciado desde 2019, por meio de protestos que levaram às ruas movimentos sociais para manifestar sua indignação em relação à situação daquele País. Na multidão, expressivas vozes feministas levantaram questões importantes para as mulheres, não só as chilenas, mas as que estão em todos os lugares do mundo. A resposta para a convulsão social foi a

²⁰ No dia 04 de julho de 2021 Elisa Loncón fez seu discurso na presidência da constituinte do Chile. O mesmo pode ser acessado em: <https://movimentorevista.com.br/2021/07/emocionante-discurso-de-elisa-loncon-mulher-e-mapuche-presidente-da-convencao-constitucional-do-chile/> ou em vídeo no YouTube em: <https://www.youtube.com/watch?v=Oobt9rppKe4> Acessos em: 15 nov. 2021.

convocação de uma Constituinte, aprovada em plebiscito, para a redação de uma nova Carta Magna. E essa não é a única novidade. A Constituinte é formada por homens e mulheres, de forma paritária, com assentos também reservados para os povos originários. É a primeira vez no mundo que uma Constituinte é realizada com paridade de gênero (LEITE, 2021, s.p.).

Sendo assim, os movimentos de mulheres e feministas do país visavam que pautas como igualdade salarial, violência de gênero e descriminalização do aborto, entre outras questões envolvendo gênero, pudessem fazer parte dos debates do novo processo constituinte chileno. Essas são demandas que nos últimos anos ganharam cada vez mais espaço devido ao movimento feminista da América Latina e que influenciaram nas reivindicações pela abertura da nova constituinte chilena. Desse modo, pode-se compreender que essa constituinte vem como resposta aos diversos protestos e energia social dos chilenos ocorridos em 2019 (LEITE, 2021).

A paridade de gênero na composição da constituinte é uma das suas características com maior destaque. Elas foram maioria e, tendo dominado as eleições, em um total de 699 mulheres e 674 homens candidatos para os assentos na convenção constituinte, 81 mulheres se elegeram enquanto os homens, por sua vez, foram 74. Esse número reflete o protagonismo feminino da constituinte chilena que, com base em uma norma que prevê que a constituição deve ser paritária e, assim, 55% das cadeiras devem ser ocupadas por pessoas de um mesmo gênero (PODER 360, 2021).

Nesse sentido, ao final, dos 155 constituintes eleitos para compor a nova Assembleia Constituinte chilena, as mulheres são 77 e os homens 78, o que tornou o Chile o primeiro país do mundo a ter uma constituição escrita com paridade de gênero – homens e mulheres representados na mesma proporção – e com um olhar feminino para o texto constitucional (PODER 360, 2021). Essa pode ser considerada uma vitória dos movimentos sociais do país, sendo que o feminismo é um deles.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos altos índices de feminicídio, violência política de gênero, das censuras, corte de direitos sociais e tantos outros, mulheres e homens chilenos reivindicavam pela proposição de uma nova constituinte. Com isso, diante do exposto, pode-se compreender que o

protagonismo feminino na elaboração da nova Constituição chilena é resultado das manifestações dos movimentos de mulheres e feministas no país que vem, nos últimos anos, ganhando campo e reivindicando pelos seus direitos e por uma participação igualitária na política.

A paridade de gênero na nova constituinte do Chile pode ser considerada um marco revolucionário não apenas na história do país, mas do mundo todo, pois se apresenta como a primeira constituição do mundo a ser redigida igualmente por homens e mulheres. O texto constitucional chileno ainda não está pronto, sendo que o mesmo segue sendo debatido e redigido pelos constituintes e tem previsão de término para a segunda metade de 2022, quando o país então terá uma nova Carta Magna, elaborada de maneira paritária por homens e mulheres chilenos.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. O novo constitucionalismo latino-americano: uma abordagem política. In: (Orgs.) AVRITZER, Leonardo [et al.]. *O constitucionalismo democrático latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CRAVEIRO, Rodrigo. Mudança: Chile elege os redatores da nova Constituição. *Correio Braziliense*, 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2021/05/4924799-mudanca-chile-elege-os-redatores-da-nova-constituicao.html> Acesso em 15 nov. 2021.

EL PAÍS. Maré chilena puxa protestos e milhões de mulheres mostram sua força nas ruas da América Latina. *El País*, Ed. Brasil, 09 mar. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-09/milhares-de-mulheres-mostram-sua-forca-nas-ruas-da-america-latina.html> Acesso em 15 nov. 2021.

LEITE, Elara. Constituinte no Chile mostra que revolução será feminista. *Firminas*, 6 jun. 2021. Disponível em: <https://www.firminas.com.br/2021/06/06/constituente-chile-feminista/> Acesso em: 15 nov. 2021.

PODER 360. *Paridade na Constituinte faz mulheres cederem 11 cadeiras a homens no Chile*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/paridade-na-constituente-faz-mulheres-cederem-11-cadeiras-a-homens-no-chile/> Acesso em 15 nov. 2021.

SERRANO, Lorena Oyarzún. Independientes, pueblos indígenas y mujeres en la nueva constitución de Chile: ¿Fin de un modelo?. *Cooperación Española*, Fundación Carolina, junio 2021. Disponível em: <https://www.fundacioncarolina.es/independientes-pueblos-indigenas-y-mujeres-en-la-nueva-constitucion-de-chile-fin-de-un-modelo/> Acesso em: 15 nov. 2021.

PROSTITUIÇÃO E IMIGRAÇÃO: O CASO DAS VENEZUELANAS NO BRASIL

Ana Victória Klovrza Diogo²¹
Isabella Fernandes Moreira Fontaniello²²

RESUMO: Com a crise econômica e social na Venezuela, o fluxo de migrantes e refugiados teve um grande aumento. O Brasil recebeu 153.050 solicitantes de refúgio venezuelanos entre 2011 e 2020. No entanto, o nível de vulnerabilidade dos imigrantes que entram no país tem aumentado, principalmente entre a parcela da população que se identifica como mulher cis ou transgênero. Essa preocupação se justifica pela percepção de que há uma alta incidência de casos de prostituição por sobrevivência entre a população de mulheres venezuelanas nos estados brasileiros de fronteira. Além de se submeterem à prostituição por sobrevivência, as migrantes ainda sofrem violência física e moral de seus clientes e da população local. Assim, o objetivo da pesquisa é analisar as vulnerabilidades e desafios que as migrantes enfrentam no Brasil enquanto parte do mercado do sexo. As perguntas que orientam este trabalho, portanto, são as seguintes: quais são as vulnerabilidades e os desafios que as migrantes venezuelanas vítimas da prostituição forçada ou por sobrevivência enfrentam no Brasil? E quais são as políticas públicas direcionadas para essa questão em meio às demais políticas para refugiados no Brasil? Para a operacionalização da pesquisa serão utilizados o método de abordagem indutivo e o método de procedimento de estudo de caso, tendo como aporte teórico a literatura feminista de Relações Internacionais que trata da temática da prostituição por sobrevivência. Os resultados preliminares indicam que uma parcela significativa das migrantes venezuelanas recorre à prostituição por sobrevivência no Brasil, tanto por encontrarem emprego em suas áreas de formação como por aliciamento/escravidão sexual. Com base nos resultados preliminares, nossa hipótese é que o Brasil não possui políticas públicas específicas para essa questão, o que perpetua a vulnerabilidade das migrantes e refugiadas.

Palavras-Chave: Prostituição; Migrantes; Venezuela; Brasil;

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, ao longo dos séculos XIX e XX, a Venezuela foi país de atração de migrações devido às instabilidades econômicas e políticas de seus vizinhos — em especial a Colômbia, devido à atuação das Forças Armadas Revolucionárias (FARC). A partir dos anos

²¹ Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduada em Relações Internacionais pela UFU. Bolsista CAPES. Membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello para Refugiados - UFU. E-mail: anavictoriak04@gmail.com.

²² Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduada em Relações Internacionais pela PUC Minas, *Campus* Poços de Caldas. Bolsista INCT-INEU. E-mail: isafontaniello@gmail.com.

1970, a migração com destino à Venezuela por motivos econômicos teve seu auge, porquanto o preço do petróleo aumentava vertiginosamente no mercado global. Sendo o petróleo a commodity que representa a parte mais significativa da economia venezuelana, o aumento global de preços gerou empregos e um fator de atração migratório (SILVA, 2017).

Esse cenário começa a mudar nos anos 1980 e 1990, quando a América Latina enfrenta os efeitos deletérios da crise mundial do preço do petróleo. A Venezuela entra, então, em crise econômica, a qual será mobilizada para eleger os candidatos neoliberais nas eleições nacionais dos anos 1990. O projeto neoliberal, por sua vez, não foi bem-sucedido e piorou os indicadores socioeconômicos do país (CÍCERO, 2010), o que impactou negativamente nas migrações por motivos econômicos e laborais com destino à Venezuela e aumentou a emigração de nacionais venezuelanos (SILVA, 2017).

No período do fim da década de 1990 até 2014, mais de um milhão de venezuelanos emigraram do país (PÁEZ, 2015). Com a morte de Chávez, a Venezuela passou por uma crise política de representatividade com ampla cobertura internacional, gerando embargos estrangeiros que asfixiaram a economia venezuelana — já bastante dependente do setor externo e abalada pela inflação e pelas flutuações do preço do petróleo (CÍCERO; GOMES, 2021).

Desde 2015, o país vivencia grave desabastecimento, inflação e desemprego, situação que gerou a emigração de 5,4 milhões de venezuelanos (ACNUR, 2021). Por ser um país vizinho, o Brasil é destino de uma parcela significativa desses emigrantes. Roraima, estado de fronteira desses dois países, é o estado menos populoso do país; contudo é um dos principais estados de entrada de venezuelanos, os quais permanecem em território roraimense até realizarem a interiorização para outros estados da federação (SILVA, 2017).

O maior imbróglio advindo desse intenso fluxo migratório concentrado em Roraima é que o estado não consegue absorver o novo contingente populacional em empregos formais. Isso ocorre devido à alta demanda por emprego e à existência de xenofobia dos nacionais em relação aos imigrantes e refugiados. Assim, observou-se que as mulheres têm recorrido à prostituição por sobrevivência para suprir as necessidades econômicas de suas famílias, bem como estão indefesas frente a diversos tipos de violência — física, sexual, moral e patrimonial — devido à ausência de uma política de gênero adequada para a emergência migratória no país. A produção acadêmica sobre esse assunto é bastante escassa, de modo que a principal fonte de

dados que utilizamos são as produções midiáticas. O foco deste trabalho, portanto, é jogar luz sobre a múltipla vulnerabilidade das migrantes venezuelanas no mercado do sexo no Brasil, ainda invisibilizado e mal endereçado pelos agentes públicos.

2 OBJETIVO

O objetivo da pesquisa é analisar as vulnerabilidades e desafios que as migrantes/refugiadas venezuelanas enfrentam no Brasil, em especial quando se envolvem com o mercado do sexo, durante o período de 2015 a 2020. Como objetivos específicos, pretendemos analisar as vulnerabilidades que as mulheres migrantes/refugiadas, cisgênero e transgênero, enfrentam no Brasil, com foco no mercado do sexo; compreender a questão a prostituição nos debates feministas e analisar se o Brasil possui políticas públicas específicas para as vítimas da prostituição em meio às demais políticas para refugiados.

3 DESENVOLVIMENTO

O tema da prostituição não é recente nos debates sobre política, estando presente desde o século XVIII. Os debates sobre a prostituição se intensificaram quando foi analisado a partir de um recorte marxista. Em que o corpo da mulher era visto como um produto da exploração capitalista sobre as mulheres. Sendo assim, a prostituição torna a mulher um objeto. Assim, a prostituição é considerada uma das “instituições que revela as relações de poder entre homens e mulheres” (PARADIS, 2011). No entanto, em algumas vertentes do feminismo acredita-se na necessidade de incluir os debates sobre a prostituição como um trabalho, para que essas mulheres tenham segurança.

Para algumas autoras como Alice Schwarzer (2021), o trabalho sexual não é consentido, visto que as mulheres vão para esse mercado por uma questão de sobrevivência. Logo, não é uma escolha voluntária. Para as mulheres estrangeiras essa violência é ainda maior, dado que podem estar sem seus documentos e não compreender o idioma do seu país de destino, fazendo com que fique em uma situação de maior vulnerabilidade.

As migrantes precisam recorrer à prostituição devido à falta de acesso a emprego formal e aos serviços básicos. No caso do governo brasileiro não há nenhuma medida específica para esses imigrantes. Além disso, os “trabalhadores migrantes ainda são estigmatizados e silenciados — na política e na mídia” (NSWP, 2017). Com essa precariedade as mulheres são obrigadas a recorrer à prostituição para a sobrevivência. Além do *status* de imigrante a mulher também adquire o de “prostituta”, fazendo com que a sociedade a veja como uma criminosa. Sendo assim, são raramente vistas como parte daquela comunidade.

Desse modo, o trabalho mobiliza os debates sobre prostituição a partir de das abordagens feministas para analisar as vulnerabilidades que as mulheres migrantes/refugiadas enfrentam no mercado sexual no Brasil, especificamente para as mulheres venezuelanas. O número de migrantes dessa localidade cresceu abruptamente, levando a um aumento nas demandas do Estado, que não conseguiu atender.

O estado de Roraima não conseguiu absorver o novo contingente populacional, o que resultou em milhares de venezuelanos em situação de rua, de desemprego, de fome e, especialmente no caso das mulheres cis e transgênero. Resultando no recurso ao mercado do sexo por sobrevivência ou no aliciamento para exploração sexual em benefício de outrem (VENEZUELANAS VOLTAM..., 2017). É justamente esse o problema sobre o qual se debruça este trabalho, pois entendemos que as vivências de mulheres migrantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica é acrescida de múltiplos outros fatores de vulnerabilidade em função do elemento de gênero.

Soma-se a essa situação o fato que as autoridades locais não realizam medidas efetivas para proteção das mulheres migrantes, sendo imperativo pensar sobre esses fatos para melhor formular políticas públicas adequadas. Isso posto, é necessário entender quais são as vulnerabilidades e os desafios que as migrantes venezuelanas vítimas da prostituição forçada ou por sobrevivência enfrentam no Brasil, bem como quais são as políticas públicas direcionadas para essa questão em meio às demais políticas para refugiados no Brasil.

Segundo a nova Lei de Migração de 2017, a “política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: (...) repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;

acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social”, bem como afirma-se que “[ao] migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos” (BRASIL, 2017). A realidade, entretanto, não condiz com o compromisso instituído.

O recurso à prostituição por sobrevivência se dá em um contexto em que a maior parte dos venezuelanos trabalha informalmente, em condições precárias, e mais de 70% das mulheres venezuelanas dizem sofrer discriminação no ambiente de trabalho. Ademais, a maioria das venezuelanas migram para o Brasil acompanhadas de seus filhos, mas também há uma grande parcela que envia remessas de dinheiro para os filhos que ficaram na Venezuela. O sustento da família é, na maioria das vezes, a motivação para recorrer à prostituição; os homens, por sua vez, recorrem a trabalhos informais mal remunerados, mas mantêm seus direitos sexuais e reprodutivos (BERNER, 2020).

Muitas dessas migrantes tinham empregos formais na Venezuela, além de nível educacional elevado com ensino médio ou superior completos. No Brasil, não conseguem emprego em suas áreas de formação e, pelas necessidades próprias e de seus filhos, recorrem a trabalhos informais. Para realizar faxinas, há ofertas entre 10 e 30 reais por dia, ou apenas um prato de comida; mas a vulnerabilidade frente aos crimes sexuais permanece, pois a diretoria do Instituto de Migrações e Direitos Humanos afirma que há casos de venezuelanas que realizavam trabalhos domésticos e eram exploradas sexualmente por seus empregadores (MENEZES; ESTRELA, 2018).

Observou-se alta incidência de casos de prostituição por sobrevivência no Brasil entre a população de mulheres venezuelanas, principalmente jovens de 20 a 30 anos. O exemplo mais significativo da dinâmica da prostituição por sobrevivência é o chamado “Bairro das Ochenta”, como ficou conhecido o bairro de Caimbé, na cidade de Boa Vista (Roraima). Neste bairro, em especial na Rua Leôncio Barbosa, mulheres venezuelanas cis e transgênero realizam prostituição por sobrevivência, ou ainda prostituição forçada decorrente de tráfico de pessoas, por um valor de oitenta reais por programa à época. Entretanto, esse valor não é fixo para todas,

sendo relatado a existência de programas de 30 reais nessa localidade (VENEZUELANAS VOLTAM, 2017; CAMBRICOLI, 2018; MENEZES; ESTRELA, 2018).

Nas ruas, elas estão expostas a todo tipo de agressão. Além da óbvia violência sexual e psicológica, também há violências físicas e patrimoniais. São frequentes fatos como o estupro seguido de tentativa de homicídio por esfaqueamento, que causou a paraplegia de uma mulher venezuelana, farmacêutica de formação, que realizava programas no Caimbé após ela negar sexo sem preservativo ao cliente. “Ninguém que tem escolha se arrisca assim. Estupros, mortes e outras violências são rotina no Caimbé. A maioria nem registra ocorrência”, relata a irmã dessa sobrevivente (MENEZES; ESTRELA, 2018).

A violência patrimonial se concretiza, entre outras formas, por meio do tráfico de pessoas, da prática de escravidão sexual e com a prática do rufianismo por parte de brasileiros que aliciam as mulheres venezuelanas e lucram com a exploração sexual sem coação direta. A Polícia Federal já realizou algumas operações em Roraima para investigar casas de prostituição, encontrando casos de rufianismo com ou sem coação e de tráfico internacional de pessoas com componente de escravidão sexual; entretanto, a população local afirma que “não há ação efetiva por parte das autoridades para coibir esses crimes”. É público e notório para os roraimenses que o estado faz parte da rota de tráfico humano e que as venezuelanas estão vulneráveis e suscetíveis a esses abusos; entretanto não há movimentação política efetiva para solucionar o problema (BRANDÃO, 2015; ARAÚJO, 2016; VENEZUELANAS VOLTAM..., 2017, s.p.).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os dados coletados, o trabalho tem como finalidade responder quais são as vulnerabilidades e os desafios que as migrantes venezuelanas vítimas da prostituição forçada ou por sobrevivência enfrentam no Brasil. Além disso, analisa quais são as políticas públicas direcionadas para essa questão em meio às demais políticas para refugiados no Brasil. Assim, a partir das pesquisas é possível concluir que uma parcela significativa das migrantes venezuelanas recorre à prostituição por sobrevivência no Brasil, tanto por encontrarem não emprego em suas áreas de formação como por aliciamento/escravidão sexual.

No mercado sexual essas mulheres são exploradas por aqueles que lucram com a sua exploração, sofrem assédios, são estupradas, agredidas fisicamente e sofrem o desprezo social. O fato de essas mulheres serem imigrantes e refugiadas, muitas vezes irregulares e em situação de pobreza extrema, faz com que se adicionem camadas múltiplas de vulnerabilidade à situação. O medo que têm as imigrantes de denunciar seus agressores e de procurar tratamento de saúde adequado muitas vezes é motivado pelo receio de serem deportadas e, assim, perderem o sustento de suas famílias.

Em relação às políticas públicas que o Brasil possui acerca da temática foi possível corroborar a hipótese que o poder público federal, estadual e municipal não possui políticas públicas efetivas para as necessidades específicas das mulheres migrantes/refugiadas. São escassas as ações por parte da sociedade civil ou por parte do poder público, o que perpetua a vulnerabilidade das migrantes no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Venezuela. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>. Acesso em: 10. Out. 2021.

ARAÚJO, O. Venezuelanas trocavam sexo por alimento em Roraima. Amazônia na rede. Disponível em: <https://amazonianarede.com.br/venezuelanas-trocavam-sexo-por-alimento-em-roraima/>. Acesso em: 10. Out. 2021.

SCHWARZER, A. A legalização da prostituição é reacionária e patriarcal [entrevista concedida a] Alice Carbajosa. **El País**. 19. Mar. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2021-03-20/a-legalizacao-da-prostituicao-e-reacionaria-e-patriarcal.html>. Acesso em: 13.out. 2021.

BERNER, V. B. Mulheres migrantes no Brasil: perspectivas feministas. In: GUERRA, S.; SQUEFF, T.C. **Migrações internacionais: enfrentamentos locais, regionais e globais**. Curitiba: Instituto Memória, 2020.

BRANDÃO, I. Operação da PF em RR encontra 16 venezuelanas em casa de prostituição. **G1 Roraima**. 16 jul. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/07/operacao-da-pf-em-rr-encontra-16-venezuelanas-em-casa-de-prostituicao.html>. Acesso em: 10. Out. 2021.

BRASIL, 2017. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração, [S. l.], 24 maio 2017.

CÍCERO, P. Transformar o gigante num pigmeu: as desventuras do projeto neoliberal na Venezuela (1989 – 1998). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 137 – 157, dez. 2010.

CÍCERO, P.; GOMES. Paradoxo da Abundância: Rentismo e [Sub]desenvolvimento na Venezuela Bolivariana. **Revista de Estudos Internacionais**, Vol. 12 (1), 2021.

- CAMBRICOLI, P. Prostituição vira opção para imigrantes venezuelanas em Roraima. **Estadão**, 22. Abril. 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,prostituicao-vira-opcao-para-imigrantes-venezuelanas-em-roraima,70002278447>. Acesso em: 12. Out. 2021.
- MENEZES, L; ESTRELA, Órfãs de Terra-Mãe: A saga das mulheres venezuelanas refugiadas no Brasil. **Metrópoles**, 03. Mar. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/a-saga-das-mulheres-venezuelanas-refugiadas-no-brasil>. Acesso em: 10. Out. 2021.
- NSWP, Migrant Sex Workers. **Global Network of Sex Work Projects: Promoting Health and Human Rights**, 2017. Disponível em: https://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/briefing_paper_migrant_sex_workers_nswp_-_2017.pdf. Acesso em: 12. Out. 2021.
- PÁEZ, Tomás. **La voz de la diáspora venezolana**. 1.^a Ed. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2015.
- PARADIS, C. A prostituição no marxismo clássico: crítica ao capitalismo e à dupla moral burguesa. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 26 n. 3, p. 1–20, 2018.
- SILVA, J. **Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil**. In. Encontro Anual da Anpocs, 41^o, 2017, Caxambu, **Anais**. 2017.
- SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. Refúgio em Números. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. 6.^a Edição, Brasília, 2021.
- VENEZUELANAS VOLTAM para Ponto de Prostituição após Operação da PF. **Folha de Boa Vista**. 08. Mai. 2017. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Venezuelanas-voltam-para-ponto-de-prostituicao-apos-operacao-da-PF-/28152>. Acesso em: 12. Out. 2021.